

TRAVESSIA

Especial

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XIII, número especial, janeiro/2000

*Abdelmalek
Sayad*

O RETORNO
elemento constitutivo
da condição do imigrante

TRAVESSIA

Revista do Migrante

CEM - Centro de Estudos Migratórios
(Federação dos CEMs J.B.Scalabrini)

Publicação quadrimestral, voltada ao estudo e divulgação da realidade do migrante a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, econômico, educacional, cultural, etc.

Diretor

Sidney da Silva

Editores

Dirceu Cutti

Sidnei M. Dornelas

Jornalista Responsável

Antonio Garcia Peres (MtB 3081)

Conselho Editorial

Carlos B. Vainer

Dulce Baptista

Francisco Nunes

Heinz Dieter Heidemann

Helion Póvoa Neto

José G. Baccarin

José Guilherme C. Magnani

José J. Gebara

Luiz Bassegio

Marilda A. Menezes

Oswaldo M.S. Truzzi

Teresa Sales

Conselho Consultivo

Alfredo J. Gonçalves

Cláudio Ambrozio

Edgard Malagodi

Ermínia Maricato

Marília P. Sposito

Milton Schwantes

Autor: Abdelmalek Sayad

Tradução: Ana Cristina Arantes Nasser
Margarida Maria de Andrade
Sidnei Marco Dornelas

Capa: 2M Criação e Produção Gráfica Ltda

Editoração Eletrônica

Dirceu Cutti

Impressão

Gráfica e Editora Peres Ltda - Fone: (011)7209.1387

Endereço para Correspondência

Rua Vasco Pereira, 55 - Liberdade

01514-030 São Paulo/SP - Brasil

Fone: (011)278.6227 - Fax: (011)278.2284

E-Mail: cemsp@cidadanet.org.br

<http://www.scalabrini.org>

ÍNDICE

O RETORNO SEGUNDO ABDELMALEK SAYAD
Sidnei Marco Dornelas.....03

ABDELMALEK SAYAD:
O DESENRAIZAMENTO FEITO LUCIDEZ
Afrânio Garcia.....05

O RETORNO elemento constitutivo da condição do imigrante

Abdelmalek Sayad

**As características genéricas ou as
constantes do fenômeno migratório**.....07

**A noção de retorno na perspectiva de
uma antropologia total do ato de migrar**.....11

**O retorno do ausente:
uma empreitada de toda a ausência**.....16

A ausência é uma falta.....18

**O retorno como produto do
pensamento de Estado**.....20

**Imigração de trabalho e Imigração
de Povoamento**.....24

**Inserção e re-inserção: a continuidade
de uma mesma relação de forças**.....27

**A reinserção como afirmação da
identidade nacional do país
de emigração**.....30

O RETORNO

SEGUNDO ABDELMALEK SAYAD

Antes de apresentar este número especial da *Travessia*, há tanto tempo prometido, com o texto cativante do sociólogo argelino, radicado na França, Abdelmalek Sayad, temos o dever de pedir desculpas aos assinantes de nossa revista. Afinal, este texto foi objeto de uma entusiástica publicidade na quarta capa do número 23, de setembro de 1995, quando dizíamos que “em breve” nós o colocaríamos à disposição de todos... A preparação do texto para publicação custou-nos, na verdade, mais de quatro anos, fruto de trabalhos, esperas e contratempos.

No início de 95, recebemos a indicação do nome de Sayad para a preparação de um artigo para o número sobre “Retorno” (nº 22). Diante das dificuldades para contatá-lo, servimo-nos do apoio de nossos colegas do CIEMI-Centre d'Information et Études sur les Migrations Internationales, em Paris, na pessoa de Lorenzo Prencipe. Apesar de alguma insistência, durante meses não obtivemos qualquer resposta por parte do autor, até que às vésperas do envio do nº 22 da *Travessia* para a gráfica, recebemos, pelo correio, as primeiras páginas do que viria a ser o texto que ora apresentamos. Ficamos entre admirados e desiludidos, pois a revista já estava pronta. Algumas semanas mais e recebemos, via CIEMI, o trabalho completo juntamente com uma carta de Sayad:

Dommartin, 13 de julho de 1995

Caros Senhores,

Antes de mais nada, gostaria que me desculpassem pela grande demora na redação deste texto. Agradeço de todo coração pelo convite e pela oportunidade e, sobretudo, pela liberdade que vocês me deram para escrevê-lo. Eu não sei se a minha abordagem do tema do retorno atende as vossas expectativas. Eu não estou certo disso. Eu nada sei sobre os movimentos migratórios internos no Brasil e sobre o comportamento dos migrantes brasileiros, de uma região a outra. Prefiro tratar daquilo que acredito conhecer melhor. Nesse meio tempo, recebi o número da *Travessia* dedicado ao tema do retorno, o que mostra que meu texto chega tarde, o que não me surpreende, pois a culpa é minha. Apesar disso, eu o deixo à vossa disposição, esperando que encontrem nele algum proveito, e que talvez possam utilizá-lo em uma outra publicação. Vocês têm plena liberdade de dispor dele como e quando quiserem.

Agradecendo vivamente e renovando minhas desculpas, envio-lhes minhas mais cordiais saudações.

A. Sayad

*Logo percebemos a qualidade do texto que tínhamos em mãos, apesar de extremamente longo para os padrões da nossa revista. O fato de recebermos uma carta tão cordial do autor não deixou de ser gratificante, sobretudo para quem já conhecia anteriormente a força de suas pesquisas na França. As reações de admiração de colaboradores da *Travessia*, que já conheciam o nome de Sayad, terminaram por reforçar a certeza sobre a importância do material que tínhamos em mãos. Tratava-se de um trabalho de grande valor que deveria ser socializado aos leitores da *Travessia* e a todos os interessados em conhecer a realidade da migração e do migrante. Foi esse entusiasmo que nos levou a anunciar “para breve” a publicação do texto, no final de 95, quando já tínhamos uma primeira e ainda muito precária tradução do texto em francês.*

Entretanto, a tarefa revelou-se muito mais difícil do que imaginávamos. Sayad era um autor especialmente complexo, principalmente pelo modo como escrevia e abordava os seus temas. O nosso texto demandava um importante trabalho de revisão. Pessoas foram convidadas para a empreitada, mas por uma série de razões não puderam assumí-la. Outras começaram, com entusiasmo e vontade de contribuir para a Travessia, mas se viram impedidas por vários problemas - inclusive a dificuldade de enfrentar o árduo texto original, que também precisava de uma revisão. O impasse instalou-se, e se manteve por muito tempo.

Foi quando, no início de 1998, Sayad veio a falecer, e o CIEMI, com quem ele havia tanto colaborado, publicou este texto em sua revista Migrations Société, como forma de homenageá-lo. Se num primeiro momento ficamos decepcionados, pois havíamos perdido a exclusividade de sua publicação, posteriormente, o contato com o texto publicado em francês resultou em um novo estímulo para a retomada da tradução, uma vez que este apresentava uma revisão do original, o que nos ajudou a superar muitas das dificuldades que encontrávamos. A partir de 99, retomamos os trabalhos num ritmo muito mais intenso, o que permitiu que ele pudesse vir à luz nesse começo de ano.

Assim, é com satisfação que apresentamos agora, em português, este texto de Sayad. Podemos dizer que ele sintetiza muito bem os frutos dos trabalhos e idéias desenvolvidos por este autor a propósito da migração. A sua grande originalidade salta aos olhos: primeiro, na abordagem da migração como fato social total, em que leva em consideração os vários ramos das ciências humanas, sem deixar de lado a literatura; em segundo lugar, porque o autor - pela sua história de vida e por sua formação acadêmica - abordou, de maneira original, a migração a partir do ponto de vista do migrante. Nesse sentido, acreditamos que ele tem muito a nos dizer, em especial àqueles que se engajam nos movimentos sociais junto aos migrantes na perspectiva da construção de novas relações sociais. Sayad é um cientista social "migrante", que estuda a migração a partir do lugar social dos migrantes, comunicando-se (também) com os migrantes.

Finalmente, devemos agradecer a algumas pessoas que colaboraram para que este texto viesse à luz. Agradecemos os companheiros do CIEMI, principalmente Lorenzo Prencipe e Myrna Giovanella, sem a participação dos quais este trabalho não chegaria até nós; e também aos professores Afrânio Garcia e Carlos Vainer que, no Brasil, conheceram Sayad e colaboraram conosco. Agradecemos, postumamente, ao Pe. Gianfausto Rosoli, que do CSER-Centro Studi Emigrazione Roma, enviou-nos as fotos que ilustram estas páginas. No entanto, nossa maior dívida de gratidão é para com Ana Cristina Arantes Nasser e Margarida Maria de Andrade, que junto conosco se esmeraram para que esta tradução pudesse vir a público. O CEM agradece a todos!

E, como não poderia deixar de ser, estendemos nossa homenagem e agradecimento a Abdelmalek Sayad que, através deste seu último escrito, presenteou-nos com um pequeno tesouro. A ele, que alçou vôo dentre nós rumo a última migração antes mesmo de saborear a presente publicação, dedicamos este Especial da Revista do Migrante!

Sidnei Marco Dornelas

Abdelmalek Sayad

o desenraizamento feito lucidez

Abdelmalek Sayad esteve no Brasil em 1991 e em 1994; seus seminários para pesquisadores e estudantes de pós-graduação da UFRJ (PPGAS do Museu Nacional e do IFCS) versaram sobre o itinerário objetivo e a vivência mais recôndita de processos seculares: o colonialismo francês no norte da África, a emigração de camponeses da Cabilia desde o início do século atual, a guerra de independência nos anos 50-60, a imigração de argelinos transformada em questão nacional da política francesa, a favela e os conjuntos habitacionais (as famosas 'cités' parisienses retratadas no filme 'La haine'), como lugares de destino e universo de reelaboração do espaço citadino e do mundo subjetivo de imigrantes. As gravações destas palestras são testemunhas de seu entusiasmo em discutir sua obra, de sua abertura em discutir toda sua vida, quase sempre por mais de cinco horas seguidas...

Fez trabalho de campo junto com antropólogos do Museu Nacional para aprofundar o diálogo sobre teoria e método onde ganham corpo, inteligibilidade e sabor; participou de pesquisas em andamento: na Zona da Mata de Pernambuco, na favela da Rocinha, nos loteamentos clandestinos de Nova Iguaçu e junto ao operariado do ABC paulista. Fez conferências em São Paulo, fez questão de conhecer o barroco de Ouro Preto e o rastro da escravidão. Encarnava a postura reflexiva que acreditava justa para as ciências sociais: a boa análise sociológica é também um grande exercício de auto-análise. Portador de doenças graves, que lhe obrigavam a hospitalizações frequentes e lhe ceifaram a vida cedo demais (em 1998), prezava como ninguém os prazeres da comunhão com amigos em companhia de Rebecca, sua esposa; por sorte nossa, a caipirinha bem doce, o feijão com arroz, não estavam sujeitos às restrições das dietas magras em cereais a que estava obrigado tanto em sua terra natal - a Argélia - quanto na França. Sentiu-se no Brasil como numa nova casa sua, algo como um lugar geométrico entre a Argélia e a França, onde a modernidade opulenta contrasta com o caráter maciço da pobreza e desemboca em violência desenfreada. Verbalizou por repetidas vezes que era como se sentisse longe e perto, à boa distância para pensar, desses dois mundos próximos e antagônicos, que lhe aguçava a razão e destravava a consciência da dor de estar submetido a todas as urgências. Contra o racismo de uns, o integrismo de outros, a fuga diante do inevitável, usava sempre como antídoto a busca constante da compreensão das condições que engendravam o sofrimento, exibindo uma lucidez dura e cortante como fio de navalha.

Abdelmalek Sayad nasceu em um povoado de camponeses da região montanhosa da Cabilia em 1933, entre as duas guerras mundiais; único filho homem de família modesta cujo pai havia sido escolarizado, assim como dois de seus tios, foi matriculado na escola francesa em 1941, durante a Segunda Guerra. Como explicou, a obstinação de seu pai lhe fez titular de grande privilégio: teve a oportunidade de estudar em escola que abria as portas para o sistema secundário e superior na França, não ficando condenado às fronteiras das escolas destinadas apenas às populações nativas. Para prosseguir os estudos secundários teve que viver em casas de familiares e amigos de cidade próxima de seu povoado de origem, pôde concluir este ciclo em liceu da periferia de Argel quando seu pai para lá se mudou. Findo o secundário, fez curso para a Escola Normal em Argel, estabelecimento prestigioso do ensino superior francês encarregado da formação de professores

primários, onde os alunos dispunham de bolsas e de alojamentos especiais durante os estudos. Ingressou, assim, em estabelecimento de elite que só admitia recrutar 10% de seus efetivos entre os descendentes de população nativa. Após a formatura, ensinou em Argel e em locais conhecidos por serem sedes de comandos da Frente de Libertação da Argélia (FNL). Sua trajetória apresenta, portanto, as marcas daqueles a quem o sistema de ensino, associado a um forte investimento pessoal, em todas as acepções deste termo, proporciona os instrumentos de mobilidade ascendente no espaço social; mas como nada os destinava a ocupar as posições efetivamente conquistadas, a postura reflexiva constitui, nestes casos, tanto um meio de objetivar para tornar conhecido o universo de chegada quanto um instrumento de sócio-análise.

Entrou mais tarde, em 1958, para a Universidade onde realizou estudos de Psicologia e, posteriormente, de Filosofia. Em aula sobre Kant, conheceu Pierre Bourdieu, que fora trabalhar na Universidade de Argel após estudos na Escola Normal Superior de Paris; Bourdieu prestava então seu serviço militar e com outros especialistas do INSEE - o IBGE francês - criaram na Argélia um dispositivo de levantamentos estatísticos que equiparou o sistema local ao que passava a existir em Paris. Estes trabalhos reuniram pesquisadores e estudantes franceses e argelinos e cristalizaram uma rede, a AARDES - Associação Argelina para a pesquisa demográfica, econômica e social - que permitiu a realização dos estudos materializados em *Travail et travailleurs en Algérie*. Assim, entre 1959 e 1962, estreitou-se a parceria e a amizade entre Abdelmalek Sayad e Pierre Bourdieu, que publicaram em conjunto, em 1964, *Le Déracinement*, uma análise excepcional do processo de expropriação do campesinato argelino de suas condições de existência, através da política militar de reagrupamento em campos de concentração, e dos fundamentos da desigual capacidade das famílias e dos indivíduos de se apropriarem dos mecanismos inerentes à economia de mercado. Não se deve esquecer que não é por acaso que os trabalhos etnológicos que assentaram o prestígio de Pierre Bourdieu como antropólogo, particularmente sobre a cosmologia e o sistema de parentesco cabile, publicados em *Esquisse d'une théorie de la pratique* e no *Sens pratique*, são dedicados a A. Sayad.

Foi no prolongamento das atividades de pesquisa feitas durante a guerra de independência, e mesmo na tentativa de fazer um doutorado em história na França, que Abdelmalek Sayad emigrou a Paris e começou a trabalhar no Centro de Sociologia Européia, grupo de pesquisa em que realizou toda sua obra posterior. A princípio só dispôs de empregos precários na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS), chegando apenas a 'chef de travaux'; só em 1977 ingressou como pesquisador no CNRS, onde acabou por obter o cargo de 'diretor de pesquisas'. Esta última fase foi praticamente dedicada à análise da imigração como revelador do Estado e da sociedade receptores dos imigrantes, mas também e fundamentalmente, dos dilemas e conflitos subjetivos a que está afeito todo aquele que se desloca de um universo cultural recebido por herança ao nascer para outro em que é confrontado a formas e a forças diferentes das que identifica a priori. Os trabalhos de Abdelmalek Sayad sobre os processos de emigração e de imigração - movimentos complementares que só podem parecer idênticos para quem os vê de fora e de longe sem buscar realmente entendê-los - são exemplares do estudo dos significados do 'Estado-Nação' e de 'comunidade nacional' no século XX. O livro póstumo, que acaba de ser publicado, tem título altamente significativo: "A dupla ausência. Das ilusões dos emigrantes ao sofrimento dos imigrantes". Seria de se estranhar que seus trabalhos sejam também formidáveis reveladores dos dramas individuais experimentados por aqueles que atravessam as fronteiras do estabelecido e do conhecido?

Alfrânio Garcia

O RETORNO

ELEMENTO CONSTITUTIVO DA CONDIÇÃO DO IMIGRANTE

Se fosse preciso conferir ao fenômeno migratório, em seu duplo aspecto de emigração e imigração, assim como em suas formas nacional e internacional, uma definição genérica ou suficientemente ampla para abranger especialmente todos os deslocamentos que vêm ocorrendo, ao menos após a metade do século XIX, não se encontraria melhor expressão que a metáfora seguinte, segundo a qual *"a ordem da cidade sempre se alimentou da ordem rural, e a ordem da fábrica (ou do canteiro de obras) sempre se alimentou da ordem dos campos"*.

As características genéricas ou as constantes do fenômeno migratório

Mos limites do território nacional, com o que se chamou *"êxodo rural"*, foi inicialmente verdade que o mundo rural tenha despejado na cidade sua população, agora tida como suplementar, que por sua vez absorvia este suplemento, do qual era tributária para seu próprio crescimento. E como as reservas locais se esgotavam, enquanto o mesmo processo de crescimento capitalista - de desvalorização de um lado, e de urbanização e industrialização de outro - prosseguia sempre segundo a mesma lógica, o êxodo rural do primeiro momento se estendia, a partir daí, numa emigração e numa imigração transfronteiras, além dos limites do território nacional, mas que permanecem ainda em grande medida em uma relação de contiguidade.

Na França, este foi claramente, até uma data relativamente recente - o período entre as duas guerras, e mesmo mais tarde ainda, após a Segunda Guerra Mundial -, o caso das imigrações que foram precisamente chamadas de contiguidade, todas intra-européias, como por exemplo, as imigrações sucessivas de suíços, belgas, italianos, espanhóis, portugueses, etc., e alargando um pouco mais o círculo dos recrutamentos, a imigração de poloneses, tchecos...

A Alemanha conheceu o mesmo processo: ela também recebeu muitos imigrantes, vindos inicialmente da Europa Central (tchecos, poloneses, austro-húngaros...) - ainda que ela mesma tenha deslocado, ou precisamente porque deslocou, então, muitos imigrantes, especialmente para as

Américas - e em seguida, mais tardiamente, imigrantes turcos, gregos, portugueses, etc.

No entanto, por sua vez, esta outra fonte de aprovisionamento de mão-de-obra estrangeira, mas *próxima*, deveria inevitavelmente se esgotar. Ela se extenuou progressivamente à medida que os países fornecedores, apesar da deficiência econômica atestada precisamente pela emigração de seus cidadãos, em direção a países mais ricos, foram se integrando ao mundo desenvolvido. Assim, por oposição aos países do Terceiro Mundo que os substituem neste papel de fornecedor de imigrantes, eles tendiam a superar o atraso que os separava dos países utilizadores de sua mão-de-obra imigrante, para se encontrar quase em paridade com eles: os últimos países deste tipo, a operar a conversão que os dispensaria da emigração de seus cidadãos, seriam aqueles do sul da Europa (Itália, Espanha, e numa menor proporção, Portugal e Grécia). De países tradicionais de emigração, tendem a se tornar países de imigração ou, pelo menos, de uma imigração *"selvagem"*. Pois, nesta questão, muitos países podem - segundo a posição que ocupam no plano internacional e no sistema mundial de relações de força entre países - ser, ao mesmo tempo, e sem contradição, países de emigração de seus próprios cidadãos que vão imigrar para países mais ricos, e países de imigração para os cidadãos estrangeiros emigrando de países mais pobres.

Com efeito, a partir do momento que a mão-



Foto: UNHCR/22029/05.1992/A. Hollmann

1. Contudo, sob a condição de que o mercado no qual essa mão-de-obra vai ser despejada, mercado essencialmente urbano e industrial, possa realmente absorvê-la.

2. Migrações de trabalho, certamente. Mas existem migrações, por mais reduzidas que sejam, e por quaisquer que sejam as razões declaradas, que não sejam de trabalho? Isto é, que não tenham implicações no mercado de trabalho?

3. E também diríamos *cultural*, tendo em vista que se fala cada vez mais das migrações atuais, provenientes de continentes mais afastados, de menor "proximidade cultural" ou, mais exatamente, de "distância cultural" sempre maior.

4. Isto é, a busca, grosso modo, do trabalho assalariado, já que para a população concernente, população de proletários, no sentido primeiro do termo, ele é o único meio do qual ela dispõe para se suprir de dinheiro.

de-obra - "liberada" de seu estado anterior pelas transformações estruturais da economia, a fim de tornar-se disponível para outras utilizações¹ - podia encontrar ocupação dentro do quadro da economia nacional e no interior dos limites do território nacional, não houve mais motivo para ela emigrar (maciçamente) para fora do país, procurando em outros lugares o que podia encontrar em nível local ou nacional. Aliás, aí está a significação essencial deste duplo fenômeno da emigração (emigração a partir de países "pobres" em trabalho assalariado) e da imigração (imigração para países "pobres" em mão-de-obra e, portanto, relativamente "ricos" em empregos). Em qualquer nível que se situem os países considerados, este fenômeno constitui hoje, sem dúvida, um indicador mais seguro do desenvolvimento desigual, que separa os países de imigração dos de emigração, assim como da assimetria flagrante das relações de força (as materiais e, grosso modo, econômicas, e as simbólicas, isto é, de prestígio) que opõem as duas categorias de países, os dominantes e os dominados. Também, a partir do momento em que um país tido como de emigração deixa de sê-lo, pode-se seguramente dizer que atingiu ou tende a atingir o nível de desenvolvimento econômico, principalmente dos países que

utilizam a mão-de-obra imigrante.

Hoje, mais do que no passado, nunca se insistirá o bastante, sobretudo nesse contexto generalizado de corrida ao trabalho assalariado, sobre o significado que adquire esse tipo de transferência de mão-de-obra, de um país a outro: trata-se de um modo de relação que atesta fundamentalmente uma relação de dominação, encontrada no princípio da própria gênese dessas transferências, constituindo, inclusive, o padrão de medida dessa dominação. Foi sempre assim em toda parte? O estado atual das migrações internacionais poderia ter valor paradigmático².

Tendo a migração de vizinhança (e de uma vizinhança que não é somente geográfica³) se esgotado, e continuando a agir a mesma lógica que já presidira às formas anteriores de emigração e de imigração, a referida migração suscitará e governará o mesmo processo, ampliado agora à escala do que se denomina "*a economia-mundo*", segundo os termos de I. Wallerstein. Em outras palavras, e isto porque as mesmas causas produzem os mesmos efeitos, a busca do trabalho - no sentido conhecido em nossa economia, no sentido entendido pela teoria econômica, que é a teoria da economia moderna⁴ - tem se ampliado na medida mesma da expansão da economia da qual

ela é o vetor, a economia capitalista, a única aliás existente, de vocação mundial, impondo-se em todos os lugares por si mesma, e pelo simples fato de se propor⁵.

Esta força intrínseca da qual é dotada, e a violência que carrega em si, estão no fundamento da separação que normalmente se faz entre, de um lado, o mundo desenvolvido, que é justamente como a *terra natal* dessa forma de economia, terras nas quais ela atinge sua plena realização, e, de outro lado, o que hoje se chama o mundo do subdesenvolvimento, o Terceiro Mundo, ou seja, todas as terras estrangeiras a "*este fato histórico-cultural*", evocado por Max Weber, e nas quais esta economia vinda de um outro mundo se transplantou e se impôs a partir de fora, completamente pronta. Não sendo na verdade, como no caso das sociedades de economia desenvolvida, a invenção intrínseca dessas outras sociedades, que só puderam recebê-la contra a própria vontade, e não sendo uma criação de seu gênio próprio, ela só poderia conhecer nestas terras de expansão uma forma incompleta, aproximada, como que improvisada.

No lugar de invenção, há, no melhor dos casos, adaptação. Assim sendo, pode-se dizer que é o mesmo processo que esteve agindo, do êxodo rural interno às sociedades industrializadas, chegando às migrações internacionais e intercontinentais da época atual, agora que não há mais praticamente, no mundo desenvolvido, (que é, também, em regra geral, o mundo da imigração), outros imigrantes que não sejam aqueles provenientes do Terceiro Mundo, isto é, do mundo subdesenvolvido, que é também, atual ou virtualmente, o mundo de emigração.

Para voltar ao ponto de partida e à definição inicialmente proposta, através do paradigma da cidade que se alimenta do campo, a relação entre o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido parece reproduzir, *mutatis mutandis*, a relação inicial, já antiga e talvez universal, entre cidade e campo: o mundo desenvolvido, mundo da imigração e mundo do urbano, alimentar-se-ia do Terceiro Mundo, mundo da ruralidade (ou, mais exatamente, de menor industrialização e urbanização, mesmo se ele está sob um processo de desruralização intensa e anárquica) e mundo da emigração de longo curso, à distância e para além das fronteiras nacionais e não somente da emigração interna em direção às cidades locais, proveniente do êxodo rural (ou concomitantemente a esta emigração local e a este êxodo). O Terceiro Mundo aparece, assim, como o campo (entendido como nova maneira do mundo desenvolvi-

do e para o mundo desenvolvido), que pode dele retirar, como havia feito no passado em seu próprio território - inicialmente cada país, em seus próprios campos e, depois, nos campos dos países vizinhos -, o suplemento de população do qual tem necessidade; mas somente quando, onde e em função de suas necessidades.

Tendo presente isso e somando-se os efeitos das transformações internas dos países do Terceiro Mundo, as quais caminham para uma urbanização selvagem, dificilmente controlável, chega-se à outra comparação, a da periferia (além daquela do campo). Agora que o processo se iniciou, o Terceiro Mundo também poderia assumir, assim como o efeito campo, o papel de periferia, igualmente sob nova forma, podendo manter, diante do mundo desenvolvido, a mesma relação homologicamente mantida entre periferia e cidade neste mundo - entendendo-se que ele aí relegaria (como faz com suas próprias periferias em relação às suas classes sociais mais baixas) as populações que esperam para imigrar para seu território, populações potencialmente candidatas à emigração, mantidas nessas espécies de periferias em escala mundial, à espera que esta virtualidade se realize, e que seja do seu agrado realizá-la.

Assim, na medida de sua extensão no tempo e através do espaço, e além mesmo da extrema diversidade de situações às quais esta extensão o expõe, o fenômeno migratório, ao longo de toda a sua história - que se confunde com a própria história de nosso sistema econômico e sua realização - inscreve-se numa mesma lógica, governada, desde seus primórdios até seu estágio atual, tanto pelos determinismos econômicos, (isto é, pelos imperativos próprios à nossa economia), como também pelas categorias de nosso entendimento político que é, inclusive, um entendimento indistintamente social, econômico, cultural, moral, político (no caso específico, entendimento nacional, e mesmo nacionalista) e mental.

Entretanto, apesar da gênese aparentemente semelhante e comum das diferentes formas de emigração e de imigração, não se deve concluir por sua identificação total. Muitas características de naturezas diversas separam o êxodo rural das migrações internacionais; separam o êxodo rural ou as migrações, tais como foram conhecidas pelas sociedades européias - na metade do século XIX, entre outros períodos -, do êxodo rural e da série de migrações que hoje se realizam nas sociedades do Terceiro Mundo. Nesse sentido, não se pode ignorar a particularidade dos países do Novo Mundo que, em razão de sua his-

5. Ela é a única economia, pois a outra economia que dela se diferencia não possui sequer um nome que lhe seja próprio: ela é chamada *economia pré-capitalista*; esta só é nomeada tendo como referência aquilo que ela não é, a economia capitalista, a única que se sabe nomear. É, segundo a expressão de Max Weber, "a economia do não econômico": "*Este caráter próprio da economia capitalista e - uma coisa levando à outra - a importância da teoria da utilidade marginal (como de toda teoria do valor) para a compreensão dessa época, consistem no fato de que, do mesmo modo que a chamaram, não sem razão, a história econômica de numerosas épocas do passado, a história do não-econômico*" [o grifo é nosso], da mesma forma nas condições presentes da vida, a reaproximação desta teoria com a realidade, era, é, e tanto quanto se possa julgar, será, cada vez maior e modelará o destino de camadas cada vez mais amplas da humanidade. É neste fato histórico-cultural que reside a significação heurística da teoria da utilidade marginal". Max WEBER, citado em Oscar LANGE, *Economie Politique, Problèmes Généraux*, Paris: PUF, 1962, p.396, (Tomo 1).

tória singular, são, por definição, países de imigração e países que, até o momento, apesar de parecerem ter esgotado sua capacidade de receber população, têm uma relação diferente com a imigração, distinguindo-se muito, neste ponto, dos países do Velho Mundo e, essencialmente, dos países europeus; uma particularidade que faz de toda a sua história, uma história de imigração, aquela dos conquistadores, dos colonos, dos negros, seus escravos e servos, etc., e, por isso mesmo, uma história principalmente da emigração européia. A emigração para as Américas, sobretudo a partir dos velhos países da Europa, poderia constituir, após a etapa da conquista e da primeira colonização propriamente dita, apenas uma maneira de prolongar mais adiante, além do oceano, os deslocamentos de populações internos a estes países; poderia ser apenas o prolongamento do êxodo rural local, assim como das migrações entre eles partilhadas, para horizontes mais distantes, como sobretudo os Estados Unidos.

Também não se ignora que neste Novo Mundo - que foi por muito tempo a terra de encontro de todos os emigrantes do mundo, portanto, o lugar de um povoamento extremamente diferenciado, muito heterogêneo e mesmo heteróclito, onde a homogeneidade está sempre por construir, e onde os países, como é o caso do Brasil, são extremamente vastos, quase do tamanho de um continente - a distinção feita alhures entre, de um lado, o êxodo rural, as migrações internas concernentes, portanto, aos nacionais do país, e, de outro lado, as migrações internacionais, próximas ou distantes, não poderia ter aqui a mesma significação. Pode ser que elas não sejam tão radicalmente separadas, como se pensa segundo o modelo europeu, que tem suas condições particulares e suas características próprias. A existência de grupos nacionais oriundos, em datas diferentes e mais ou menos recuadas no passado, de origens étnicas e/ou nacionais muito variadas, as grandes distâncias a serem vencidas e que são percorridas, por exemplo, pelos emigrantes do Nordeste ou da Amazônia, para chegar ao Rio ou a São Paulo, tudo isto pode contribuir, parece, para atenuar, de fato, de um modo prático, a distância que separa, de direito, de um modo oficial, o imigrante brasileiro que vem de um Estado do Brasil e que pertence ao Brasil (uma forma de migração local, no âmbito de uma relação de pertencimento nacional) do imigrante totalmente estrangeiro ao Brasil.

Não é, portanto, totalmente sem razão, postular que as diferenças - que, a respeito da entidade nacional e da unidade política do país, po-

dem ser pensadas como diferenças entre regiões ou entre províncias/estados - sejam, nesses casos, quase da mesma natureza que as diferenças entre nações (salvo aquelas que se atêm ao estatuto político). E sempre pelas mesmas razões históricas (história do povoamento) e geográficas (a extrema extensão territorial dos países), não se exclui que o vínculo individual ao torrão e, por intermédio deste, à unidade territorial, social, cultural, e mesmo política à qual se pertence, unidade viva, concreta, calorosa, efetiva, vale, em certas circunstâncias e configurações geopolíticas e sócio-políticas, mais do que vale o vínculo à nação, entidade relativamente abstrata (como nós podemos pensá-lo e vivê-lo nas nações européias mais antigas, mais reduzidas espacial e demograficamente). Há patriotismos regionais mais vigorosos que os patriotismos nacionais. E sem nada conhecer do comportamento dos migrantes brasileiros, quanto às suas relações com suas regiões de origem e de residência ou de imigração - em suma, quanto às perspectivas de retorno à terra natal -, não se pode ignorar esta relação diferencial com o território nacional, seja ele relativamente pequeno e fortemente homogêneo em todos os aspectos, ganhando em compreensão o que perde em extensão, ou seja ele, ao contrário, largamente extenso e diversificado, perdendo em compreensão o que ganha em extensão.

Estas breves referências *ex abrupto* das condições mais gerais, criadoras dos deslocamentos de populações no contexto atual das relações de dominação, seja de uma região para outra no interior de um mesmo país, seja, mais frequentemente, no cenário internacional entre os países de força desigual, não foram aqui examinadas, e nem têm outro sentido de sê-lo, senão para ajudar a compreender o que há de quase universal no fato de emigrar (que é ele mesmo um fato universal⁶) e o que há de específico a cada uma das migrações histórica e sociologicamente caracterizadas - nenhuma migração assemelha-se à outra. Essas referências não têm outra função aqui senão ajudar a refletir sobre as reações comuns, constantes da condição de emigrante e de imigrante e as reações diferenciadas, variações ligadas à conjuntura (do momento e do lugar); reações tais que se pode apreendê-las, mesmo da parte das populações envolvidas, em primeira instância, os próprios interessados, emigrantes de um lugar (região, província, país, estado, continente, etc.) e imigrantes em outro lugar. Dentre essas inúmeras reações semelhantes e diferentes aparece a noção de **retorno**.

6. Cf. John GILLISSEN, "Le statut de l'étranger à la lumière de l'histoire comparative", in: "L'Étranger", Bruxelles: Recueil de la Société Jean Bodin, Éditions de la Librairie Encyclopédique, 1958 (Tome 1, pp. 5-57).

A noção de retorno na perspectiva de uma antropologia total do ato de migrar

A idéia de retorno está intrinsecamente circunscrita à denominação e à idéia mesma de emigração e imigração.

Não existe imigração em um lugar sem que tenha havido emigração a partir de um outro lugar; não existe presença em qualquer lugar que não tenha a contrapartida de uma ausência alhures. É a própria condição do humano, é a sua finitude que está em causa: não se pode estar presente simultaneamente em dois lugares diferentes, mas se pode ir de um lugar a outro, o espaço se deixa percorrer e permite, assim, uma multipresença sucessiva no tempo. Não se pode estar e ter estado ao mesmo tempo. O passado, que é o "ter-estado", não pode jamais tornar-se novamente presente e voltar a estar-no-presente, a irreversibilidade do tempo não o permite.

A própria denominação de imigrante remete implicitamente à de emigrante, que é o seu corolário. Há circunstâncias, inclusive, em que ela é percebida como um chamado do imigrante para suas origens e, por isto, como a denúncia de sua presença enquanto imigrante.

Ao longo de uma pesquisa realizada na França sobre as condições do retorno, denominada como reinserção dos imigrantes em seus países de origem - prática que os poderes públicos desejavam encorajar por meio especialmente de incentivos, - um pesquisador-investigador recebeu uma resposta muito procedente de um dos seus entrevistados, antigo trabalhador imigrante, a quem, em seu local de trabalho, ele havia perguntado: "Você quer retornar para sua terra, para seu país?" A resposta foi: "É o mesmo que perguntar a um cego se ele quer a luz!" A questão posta desta maneira já continha em si a resposta que se impunha como a única lógica, na medida em que, no fundo, ela convidava o entrevistado a voltar para a sua terra, para o seu país, o que é, na visão do senso comum, totalmente normal, inclusive natural. É preciso ser um pouco herético, heresiarca de alguma maneira, para duvidar desta lógica, e ainda mais para contestá-la. A intenção objetiva da questão (inclusive, independentemente do investigador e do entrevistado) consiste, queira-se ou não, em fazer com que o interrogado compreenda, caso ele tenha esquecido, que ele não é daqui, que seu lugar não é aqui, que

aqui não é a sua terra, etc. É uma questão que é, de fato, um chamado, atuando para lembrar ao imigrante a verdade de sua condição.

Além do fato de ser vivamente verdadeira e lúcida, a resposta dada aqui, em forma de metáfora, sobre a questão do retorno, tem em si mesma um valor de lição: não é próprio ao imigrante ser sempre totalmente iludido sobre sua condição inicial. O retorno é naturalmente o desejo e o sonho de todos os imigrantes, é como recuperar a visão, a luz que falta ao cego, mas, como cego, eles sabem que esta é uma operação impossível. Só lhes resta, então, refugiarem-se numa intranquila nostalgia ou saudade da terra.

Na mesma época e na mesma empresa que concluiu um acordo com o organismo oficial encarregado pelo Estado de conduzir a "política de retorno dos imigrantes", vários operários estrangeiros nos afirmaram que se desviavam todas as manhãs dos postos desse serviço especial - instalados na porta da fábrica - para pouparem-se da prova, particularmente humilhante para o seu amor próprio (pessoal e nacional), do que consideravam um chamado às suas origens, à sua condição primeira, à de emigrantes antes da de imigrantes, um chamado à sua verdade essencial e, no fundo, um convite a partir. É na lógica da honra que essas coisas são percebidas! É como se fosse um teste da inserção social do imigrante, onde quer que ele esteja.

O imigrante só deixa de sê-lo quando não é mais assim denominado e, conseqüentemente, quando ele próprio assim não mais se denomina, não mais se percebe como tal. E a extinção desta denominação apaga, a um só tempo, a questão do retorno inscrito na condição do imigrante. Na verdade não se trata, sob o pretexto do retorno, da questão mais fundamental da legitimidade intrínseca da presença daquele que é visto e designado como um imigrante?

Deslocado no sentido próprio do termo, no sentido do deslocamento no espaço, o imigrante é também deslocado de uma maneira diferente desse primeiro sentido: a presença do imigrante, presença imprópria, é deslocada no sentido em que se diz que uma palavra está deslocada.

A noção do retorno estaria no centro do que pode ser ou do que desejaria ser uma antropolo-

7. Léon e Rebecca GRINBERG, *Psychanalyse du migrant et de l'exilé*; Lyon: Césura Éd., 1986, 292 p.

gia total do ato de emigrar e de imigrar⁷: antropologia social, cultural, política, na qual se introduz eficazmente a lembrança da dimensão universal do fenômeno migratório. A questão do retorno - que pode constituir um verdadeiro objeto de estudo, pois ela é principalmente da ordem do fantasma que ronda as consciências - representa uma das dimensões essenciais dessa antropologia, na medida em que pressupõe necessariamente vários modos de relações: uma relação com o tempo, o tempo de ontem e o tempo do futuro, a representação de um e a projeção do outro, sendo estreitamente dependentes do domínio que se tem do tempo presente, isto é, do tempo cotidiano da imigração presente; uma relação com a terra, em todas as suas formas e seus valores (a terra natal), inicialmente, em sua dimensão física ou geográfica e, em seguida, em suas outras qualificações sociais, o espaço físico sendo, em suma, apenas a metáfora espacial do espaço social; uma relação com o grupo, aquele que se deixou fisicamente, mas que se continua a carregar de uma maneira ou de outra, e aquele no qual se entrou e ao qual é preciso se impor, aprender a conhecer e dominar. Todas essas relações se mantêm entre si, são solidárias umas com as outras, e a unidade que formam é a mesma que constitui o assim denominado ser social. Da mesma forma que muitos outros temas recorrentes, tais como o exílio e a nostalgia, o tema do retorno se integra, através de todas as expressões conferidas pela linguagem comum⁸, à série dos grandes mitos propostos à explicação da história e à elucidação da pessoa humana, que tendo sido a ela totalmente incorporados, são dela como a encarnação viva.

Inicialmente, relação com o tempo, que é a noção do retorno tal como se configura no imaginário imigrante (e pelo imaginário do imigrante), o retorno é para o próprio imigrante, mas também para o seu grupo⁹, um retorno a si, um retorno ao tempo anterior à emigração, uma retrospectiva; portanto, uma temática da memória que não é somente uma temática da nostalgia no sentido primeiro do termo, a algia do *nostos* (a dor do retorno, a saudade da terra), um mal cujo remédio se chama o retorno (*hostos*), Ítaca sendo para Ulisses o nome deste remédio¹⁰. Em verdade, a nostalgia não é o mal do retorno, pois, uma vez realizado, descobre-se que ele não é a solução: não existe verdadeiramente retorno (ao idêntico). Se de um lado, pode-se sempre voltar ao ponto de partida, o espaço se presta bem a esse ir e vir, de outro lado, não se pode voltar ao tempo da partida, tornar-se novamente aquele que se era nesse momento, nem reencontrar na mesma situ-

ção, os lugares e os homens que se deixou, tal qual se os deixou.

Relação também ao espaço, pois emigrar e imigrar é antes de mais nada mudar de espaço, de território. O espaço se conforma mais facilmente do que o tempo a todas as idas e vindas que aí se podem inscrever, contudo, sob a condição de que nada contrarie essa relativa liberdade de movimento, que aí não se tracem fronteiras, esses produtos de um ato jurídico de delimitação, produtos ao mesmo tempo de um direito propriamente regalista (o direito de *regere fines* e *regere sacra*) e do poder nomotético de decretar a união e a separação¹¹. Ainda que isto se passe sem muitas dificuldades ou se confronte com obstáculos maiores ou menores, mudar de espaço - deslocar-se no espaço, que é sempre um espaço qualificado - é descobrir e aprender simultaneamente que o espaço é, por definição, um "espaço nostálgico", um lugar aberto a todas as nostalgias, isto é, carregado de afetividade. O espaço não é, portanto, esse espaço abstrato, contínuo e homogêneo dos matemáticos, esse conjunto de lugares indiferentes e intercambiáveis entre os quais se pode ir e vir em espírito, e com toda a liberdade, como o postula a geometria. Se existe uma nostalgia agarrada ao espaço, e se este é no fundo de si mesmo um lugar de nostalgia, como se experimenta em todos os deslocamentos, é porque se trata de um espaço vivo, concreto, qualitativa, emocional, e até mesmo apaixonadamente distinto¹².

"A geometria não tem nada a ver com a nostalgia", dirá Vladimir Jankélévitch¹³.

À parte o retorno - ao qual ela finge chamar por acreditar trazê-lo em si mesma - e através dele, o remédio que ela designa, a nostalgia do lugar tem um grande poder de transfiguração de tudo o que toca e, como o amor, efeitos de encantamento evidentemente, e mais ainda, efeitos de sacralização e santificação: o país, o solo natal, a casa dos antepassados, e mais simplesmente a casa natal, cada um desses lugares privilegiados da nostalgia (e pela nostalgia), e, em cada um desses lugares, cada um desses pontos particulares que são o objeto de um intenso investimento da memória nostálgica, tornam-se lugares sacralizados, lugares benditos, terras santas; vai-se aí em peregrinação, conformando-se desta maneira à intenção de toda peregrinação que é o retorno às fontes, o retorno profano a estes lugares da natureza e da história tornados santos pela graça da nostalgia.

A valorização da terra natal, uma tarefa à qual se empenha apaixonadamente, investindo todo o

8. A linguagem dos próprios interessados; a linguagem daqueles que eles deixaram (parentes, compatriotas, etc.); a linguagem daqueles que se obrigam, através de tudo aquilo que se diz sobre imigração e imigrantes, a lembrar a estes últimos que "eles não são daqui", que eles são sempre passíveis de um "retorno".

9. Retorno do filho pródigo entre os seus, na espera de "matar um novilho gordo": o ato de emigrar, de romper com seu grupo tendo sendo alguma coisa de suspeito, como uma falta que será preciso expiar, e mesmo uma traição que é preciso reparar.

10. Vladimir JANKÉLÉVITCH, *L'irreversible et la nostalgie*, Paris: Ed. Flammarion, 1983, pp. 340-386.

11. Pierre BOURDIEU, "L'identité et la représentation", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 35, novembro, 1980, pp. 66-69.

seu ser social, dotada de um forte poder de mobilização, pois ela engaja toda a identidade social e cultural (individual, ou em estado disperso, e coletivo, ou em estado organizado) da pessoa, essa tarefa será retomada, para além da cena puramente afetiva da nostalgia, e para além da reação unicamente individual, no plano largamente político.

Em um primeiro momento, sobretudo na geração dos românticos, e à sua maneira, a pátria foi celebrada, louvada, glorificada e, após ser deixada, cantada e chorada¹⁴; em um segundo momento, após a revolução de 1848, na França, antes mesmo de ser constrangido a deixar sua pátria e sem mesmo tê-lo sido, é quando será cultivada a extrema valorização que as formas modernas de patriotismo e de nacionalismo vão dar ao solo da pátria e ao território da nação.

Ao longo do século XIX, o século por excelência do nacionalismo, a terra natal, nacional e não somente local, tomará com a afirmação do princípio das nacionalidades um sentido totalmente apaixonado, ao ponto de constituir, hoje ainda, o termo de referência pelo qual se define todo pertencimento, inclusive a própria existência da pessoa. Com efeito, quer se trate do pertencimento ao tempo, ao espaço, ao grupo, os principais quadros que estruturam a vida social e mesmo toda existência individual - existir é existir no tempo, no espaço e no interior de um grupo social (é a condição da existência política) - sempre está em causa um pertencimento nacional, um pertencimento nacionalmente definido: o pertencimento a cada um a seu tempo é um pertencimento à história nacional; o pertencimento ao espaço é um pertencimento ao território nacional; o pertencimento ao grupo é um pertencimento ao grupo dos nacionais e um pertencimento à nação e à nacionalidade que lhe são comuns.

Só há existência política possível, isto é, politicamente reconhecida, dentro do quadro da nação e da nacionalidade, e ainda sob condição de ser garantida pelo Estado. Só se pode existir no cenário internacional como membro de uma nação e de uma nacionalidade. Se há descompasso, em aparência, entre, de um lado, a relação completamente melancólica que a nostalgia estabelece com o lugar do qual se separou, com o tempo que se esvaiu, com o grupo que se deixou, e, de outro lado a relação à nacionalidade e o pertencimento à nação, a diferença entre uma e outras formas de presença e de referência aos quadros que estruturam toda a nossa existência e toda a nossa visão do mundo social e políti-

co (os quadros espaço-temporais e os quadros sociais) não é tão nítida quanto se pensa. Ela não é de natureza radical nos dois casos expostos, como se poderia acreditar.

A primeira relação poderia ser apenas uma versão reduzida da segunda, porque a sensação propriamente nostálgica não se beneficiou aqui do acompanhamento e de toda a força do enquadramento que poderia lhe assegurar a vontade política; assim também, o patriotismo e o nacionalismo, tais como foram louvados e embelezados politicamente, parecem dever comungar facilmente com a nostalgia à qual eles teriam conferido, assim, um poder supremo, uma aura excepcional e uma extensão universal. Perceber-se-á melhor o parentesco que existe entre esses dois registros, quando se analisar as formas de pensamento que cada um coloca em ação, em um caso para pensar a imigração e, no outro, para se pensar como imigrante, todas formas de pensamento comuns à nostalgia e que, em última análise, são formas de pensamento do Estado, o Estado se pensa ao pensar a imigração.

Enfim, relação ao grupo, e aos dois grupos: aquele do qual se emigrou, e aquele do qual se tornou um imigrante. Esta relação não é muito clara, não é nunca totalmente límpida de uma parte e de outra; é da natureza do fenômeno migratório que ela seja fundamentalmente ambígua, que ela esteja no nó das contradições que habitam a consciência de todo emigrante e imigrante (real ou potencial) e, no limite, de todo indivíduo face à representação que ele tem da emigração e da imigração (as suas, eventualmente e, sempre, as dos outros), na medida em que todo indivíduo é em princípio membro de um grupo original (a gênese não é aqui somente biológica, mas também social, histórica, política, cultural, etc.) e, em seguida, membro de vários outros grupos que se diria "segundos", mas não necessariamente secundários, sobretudo no caso da imigração, em que se é inevitavelmente membro, de uma certa maneira, da sociedade de imigração e de outros grupos ainda, entre os quais, o grupo dos imigrantes (de mesma origem ou de origem diferente). Relação ambígua, de má fé, marcada de consciência culpada em relação primeiro ao grupo de origem, o grupo que se deixou de fato, que se deixou material, orgânica e corporalmente, mas que se quer assegurar (e ao mesmo tempo se assegurar) de que ele não foi deixado afetivamente, não foi deixado nem pelo coração, nem pelo espírito, é ao menos aquilo que se quer acreditar e fazer acreditar, que se quer proclamar a propósito e fora de propósito, o que se pretende fazer

12. Numerosas são as evocações poéticas do espaço. São encontradas na poesia, evidentemente, mas são também musicais, pictóricas, mitológicas, e mesmo filosóficas. Gaston Bachelard, explorando as forças emocionais que nos ligam aos elementos naturais, e, aqui, à terra, fala da poética cinzenta do espaço que nos é familiar, da escada da casa natal: "*para além das lembranças, a casa natal está fisicamente inscrita em nós; ela é um grupo de hábitos orgânicos. Com 20 anos de intervalo, apesar de todas as escadas anônimas, reencontraríamos os reflexos da 'primeira escada', não tropeçaríamos em um degrau um pouco mais alto. Todo o ser da casa se desenvolveria, fiel ao nosso ser (...). A palavra hábito é uma palavra demasiado usada para exprimir esta ligação apaixonada do nosso corpo que não esquece a casa inesquecível*" (*La Politique de l'espace*, p. 32); "*Eu sou o espaço onde estou*", disse Noël Arnaud, citado por Gaston Bachelard. E Jankélévitch, filósofo poeta, fala, por sua vez, de uma "*geografia patética, de uma topografia mística cuja única toponímia, por sua força evocativa, coloca já em movimento o trabalho da reminiscência e da imaginação*".

13. Vladimir JANKÉLÉVITCH, op. cit., p. 341.

14. São os cantos do exílio. Victor Hugo, também desterrado na ilha de Jersey, soube lhes dar uma voz na qual se reconhecerão todos os exilados da terra: "*Não se pode viver sem pão, não se pode viver também sem pátria*".

saber a todo mundo.

Demonstrar, em primeiro lugar, aos seus, aos seus próximos, ao grupo (local, regional, e mais ainda, nacional) - do qual se separou, sem alegria no coração, mas por constrangimento - que a infeliz separação, à qual se é desta maneira constrangido, não é desejada, nem escolhida com toda a liberdade, nem mesmo com conhecimento de causa, mas é imposta. Daí a necessidade de lhe conferir um álibi, encontrar-lhe uma razão maior; um álibi e uma razão que parecem previamente combinados entre todos os pares, e realizam tão bem o acordo do ausente: tanto o emigrante que se vai, não sem se lamentar (é preciso que haja um lamento manifesto), e que tem necessidade disso para partir com a consciência em paz, quanto dos presentes, aqueles que ficam e não têm outra escolha senão olhar o emigrante partir para contá-lo em seguida entre os ausentes, para incluí-lo entre os que partiram alhures.

A emigração deve ser realizada e vivida necessariamente na dor, uma dor compartilhada entre os que partem e os que ficam. Desta maneira, a emigração que se permite pensar sempre como provisória, por mais longa que seja e mais durável que se anuncie¹⁵, não deve ser taxada de renúncia ao grupo, ainda menos de abdicação, o que se assemelharia demais à abjuração. Renúncia, abdicação, abjuração seriam, nestes casos, renúncia, abdicação a si e abjuração de si, pois não faltaria oportunidade de descobrir que uma pessoa, enquanto ser social, só tem existência pelo grupo e, idealmente, no grupo de seus pares, e para o grupo. E é, sem dúvida, esta verdade, que circunstâncias como a emigração, o exílio, circunstâncias em que se realiza e se experimenta concretamente a ruptura com o grupo, vêm lembrar a cada um o triunfo do individualismo (sobre o holismo, sobre o primado do grupo) - sobretudo nesses tempos que o consagram em todos os planos (na economia, na política, nas relações sociais, mesmo as mais familiares, as mais domésticas e as mais íntimas, etc.) - triunfo do qual a imigração é, em parte, uma das consequências, deve-se aqui registrar, certamente, mas triunfo ao qual ela traz sua contribuição, jamais negligenciável, na medida em que, ao favorecer a tendência à individualização que a emigração já trazia consigo, tornou-se sua verdadeira escola. Só se deixa o grupo, diz-se, para melhor reencontrá-lo; e, se possível, no mesmo estado, "tal como a eternidade o congelou"¹⁶, fixou-o de uma vez por todas. Reencontrá-lo como se nada tivesse acontecido, como se nada o tivesse mudado durante a ausência¹⁷ - é a ilusão da qual se

alimenta a nostalgia que tem, por contrário, a decepção - e sobretudo, como se ter partido por tanto tempo não houvesse mudado em nada o emigrante que retorna, no fundo, não para reencontrar, como imagina, as coisas como as tinha deixado, mas para se reencontrar a si mesmo, tal como era (ou acreditava ser) quando partiu: é desta outra ilusão que frequentemente participa a decepção engendrada pelo retorno (ou uma certa forma de retorno), reação inversa, mas totalmente complementar à consciência nostálgica.

Em resumo, não se deixa sua terra impunemente, pois o tempo age sobre todos os seus pares. Não se prescinde impunemente do grupo e de sua ação cotidianamente presente, de sua pressão mais comum - a ponto de não ser mais ressentida como tal, tornando-se algo totalmente natural e independente -, bem como de seus mecanismos de inserção social, mecanismos que são ao mesmo tempo prescritivos e normativos, e enfim, largamente performativos, no sentido de que visam compor a legítima definição da ordem social, tida como a única existente. A mudança resultante da ruptura constitutiva da emigração, bem como da ausência subsequente, não consiste somente no envelhecimento físico, que atinge a todos e que seria como uma marca do tempo que passa; mas, ela é também, e principalmente, de ordem social, de natureza social, em consequência da defecção que a provocou e da qual carrega sempre a marca. Deste ponto de vista, haveria uma "nostalgia tipicamente temporal", que evocaria um retorno não a uma outra ligação, uma ligação antiga, mas um retorno no tempo, um retorno ao passado, como se o tempo fosse reversível e pudesse ser percorrido em sentido inverso.

Assim como a ausência, a presença também tem seus próprios efeitos. Não se habita impunemente um outro país, não se vive no seio de uma outra sociedade, de uma outra economia, em um outro mundo, em suma, sem que algo permaneça desta presença, sem que se sofra mais ou menos intensa e profundamente, conforme as modalidades do contato, os domínios, as experiências e as sensibilidades individuais, por vezes, mesmo não se dando conta delas, e, outras vezes, estando plenamente consciente dos efeitos.

A imigração não ocorre sem deixar marcas, frequentemente de maneira indelével, mesmo sem reconhecê-lo, seja por nos atermos à ilusão da integridade formal e da fidelidade a si, seja por não sermos nem mesmo conscientes disto. E, sem dúvida, o fato de não perceber que houve mudança no contato com os outros, dentre os quais

15. Aliás, é o que todos os pares desejam e se desejam mutuamente: que a emigração possa se conformar à representação ideal que se faz dela, o retorno pondo fim seguramente à ausência, mesmo não dissipando totalmente a nostalgia.

16. Ou antes, a malfadada irreversibilidade do tempo, a impossível reversibilidade do passado e do ter sido, reversibilidade perseguida por todo emigrante ou todo exilado e, mais ainda, todo nostálgico do passado e de seu passado, de seu "ter-sido", que não será mais.

17. Mesmo Ulisses que, chegando a Ítaca, pareceu não reconhecer sua ilha, que, entretanto, não mudou de lugar e nem poderia, pois é só um rochedo; se bem que, no momento de seu retorno, a deusa Atenas a tenha mergulhado em uma cobertura de nuvens, que o impediu de reconhecê-la.

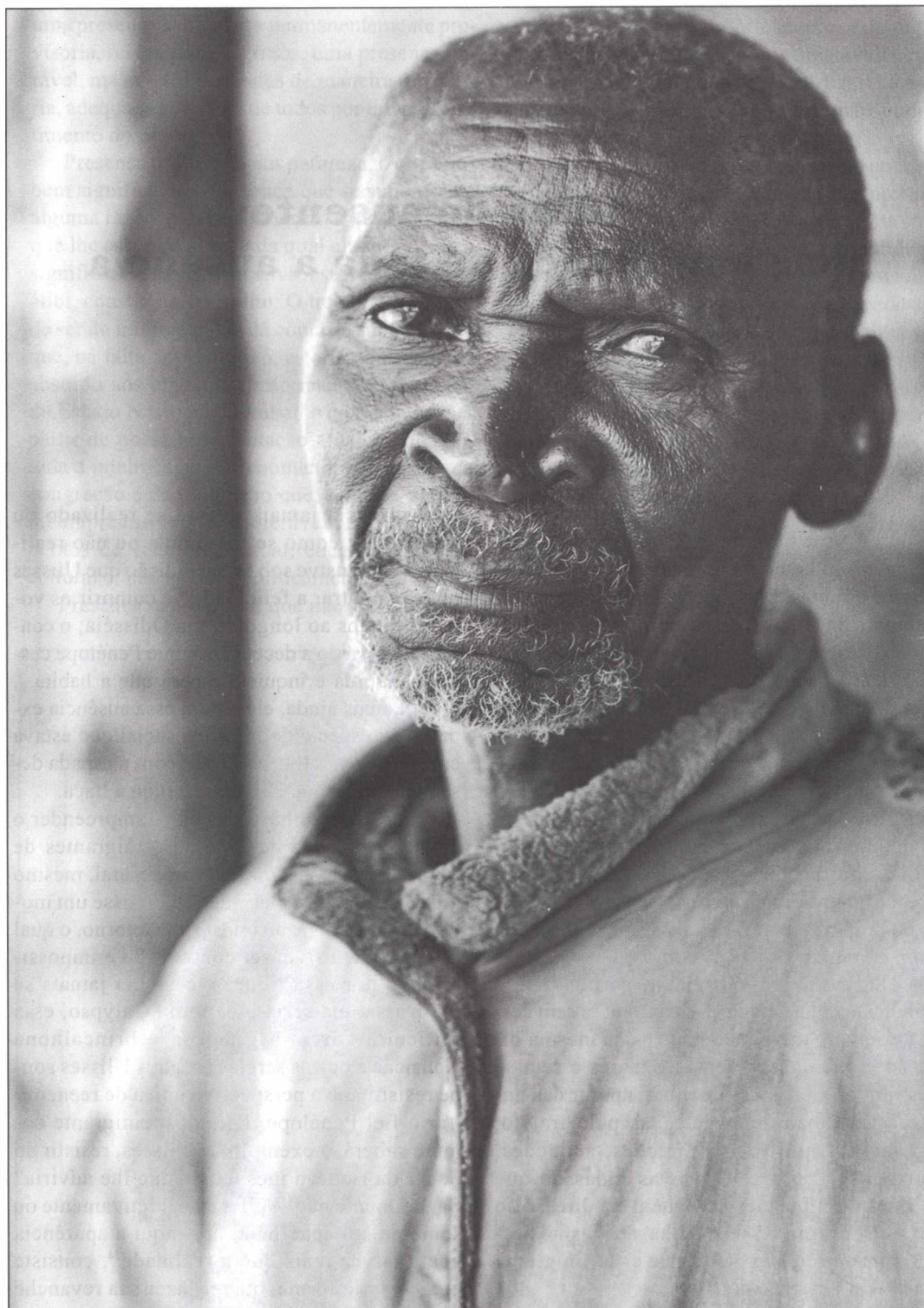


Foto: UNHCR/24259/12.1994/A. Hollmann

nos encontramos e no meio dos quais vivemos, seria antes o sinal e a garantia da eficácia, da solidez e da perpetuação das mudanças sociais e culturais intervindas desta maneira, e testemunharia a sua irrevogável apropriação daquilo que interiorizamos profundamente e incorporamos totalmente no sentido literal da palavra (“eles se

corporificaram”)¹⁸. Da mesma forma que não há presença em um lugar que não se pague com uma ausência¹⁹ em outro lugar; não há inserção ou integração neste lugar de presença que não se pague com uma des-inserção ou des-integração em relação a este outro lugar, que não é senão o lugar da ausência e da referência para o ausente.

18. A conjunção entre os efeitos da ausência de um lugar, os de suas origens (ou, em outros termos, os efeitos da emigração) e os da presença em outro lugar, aqueles de sua imigração, chega, por exemplo, a produzir o resultado ilustrado por este caso, que é mais do que uma anedota: um imigrante argelino, então com mais de 50 anos, prestes a se aposentar, casado na França, pai de família, praticamente sem retornar ao seu país (desde 1943, data de sua chegada à França, até o momento de sua aposentadoria em 1989, não se pode dizer que tenha efetuado mais de duas viagens ao seu povoado para rever os seus). Quando ele era tomado pela saudade da Argélia ia, sábado pela manhã, dar uma volta pelo Consulado de seu país em Paris para respirar a atmosfera, e voltava dali curado por muito tempo de sua nostalgia: com efeito, sua longa e contínua presença na França e sua familiaridade com os serviços administrativos franceses dotaram-no de um olhar e um julgamento críticos, pouco afeitos à apreciação, sem reservas, da organização dos serviços consulares, nos quais sempre havia multidão, tumulto, desordem, tensões, numerosos pretextos para disputas e dramas, o que não deixava de aumentar o mau humor dos agentes consulares.

19. Não de uma ausência indeterminada, ausência de um outro lugar qualquer ou de todos os outros lugares - como se até pudesse existir onipresença, o que é unicamente o ponto de vista ou se refere ao ponto de vista divino -, mas de uma ausência bem determinada, em relação com um lugar precisamente definido, super-investido de qualificações, o lugar de origem.

O retorno do ausente: uma empreitada de toda a ausência

20. Este herói do retorno, herói de uma odisséia que nos é contada em vinte e quatro cantos, e que conjuga a partida e o retorno, a partida tendo em vista o retorno, uma partida que é toda a história do retorno, uma partida que se prolonga em uma série de peripécias e peregrinações (é o termo para falar do emigrante, o *peregrinus*) para culminar no retorno.

21. Ou seja, de um outro modo que sob a forma de uma mera conjectura abstrata ou de uma projeção em um futuro totalmente imaginário ou onírico.

22. Que é, de uma certa maneira, apenas uma partida bem sucedida, na medida em que dá a impressão de ter atualizado as potencialidades que contém.

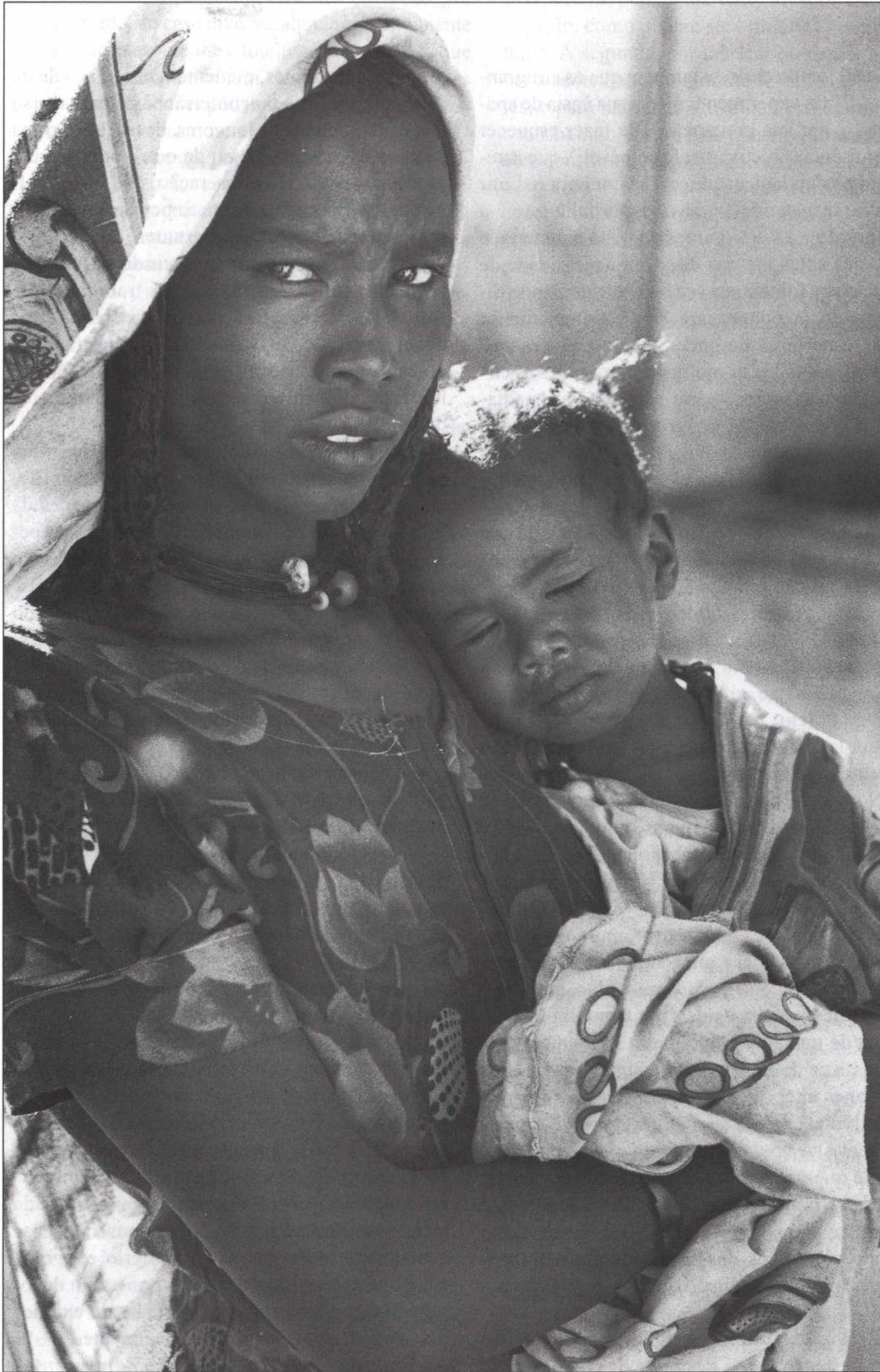
Ainda a propósito do retorno de Ulisses²⁰, este pode ser tomado como modelo do retorno (*nostos*) dos emigrantes. Mas, sob a condição de que, a exemplo de Ulisses, esses emigrantes simplesmente desejem retornar a seu ponto de partida, e trabalhem sempre para isso; também sob a condição de que, como Ulisses, eles saibam o que querem e, conseqüentemente, trabalhem para realizar o que querem; sob a condição de que, assim como Ulisses fizera durante o seu périplo no Mediterrâneo, eles vivam, pensem, ajam, constantemente no sentido do retorno - o que significa dizer, então, que eles partiram apenas para voltar, o retorno estando implícito ao próprio ato de emigrar, e, ao menos como intenção e, se possível, como comportamentos efetivos²¹, pré-existindo à partida; sob a condição ainda de que eles caminhem sem cessar e sempre um pouco mais nesta mesma direção e que, contra ventos e marés e sem se distrair, ou se desviar de rumo, apesar das numerosas armadilhas semeadas pelo trajeto, apesar das múltiplas tentações, seduções, corrupções possíveis, provas todas de que Ulisses triunfou, eles naveguem em direção ao mesmo vestígio, à mesma ilha, ao mesmo porto, à mesma cidade, Ítaca, que cada emigrante ou exilado carrega consigo.

Como se já estivesse inscrito na partida e programado ao longo de toda a ausência, que insiste em realizá-lo, esse retorno²² apaga a ausência à qual ele realmente põe fim, traz à tona, sem remorsos nem lamentos, um traço negador e vingativo e, no fundo, procede, faz ou se esforça por fazer, no melhor dos casos, como se

esta ausência jamais tivesse se realizado ou acontecido, como se fosse nula ou não realizada - é inclusive sob esta condição que Ulisses pôde encontrar a felicidade²³ e cumprir os votos firmados ao longo de sua Odisséia; o contrário teria sido a decepção, e que Penélope cessasse a surda e inquieta espera que a habita -, porém, mais ainda, ele repara essa ausência expiando a espécie de injustiça social que estava em sua gênese. É triunfante e com a espada desembainhada, que Ulisses retornou à Ítaca.

Também não há como não compreender o sonho quimérico de todos os emigrantes de retornarem ricos para a sua terra natal, mesmo que a ausência desta riqueza não fosse um motivo real e uma razão opostos ao retorno, o qual poderia, inclusive, ser contrariado e impossibilitado por essa riqueza, caso ela jamais se realizasse: ela seria essa ninfa Calypso, essa feiticeira Circe, a graciosa e brincalhona Nausicaa e outras sereias às quais Ulisses soube resistir sob a perspectiva única de reencontrar a fiel Penélope. Porém, o emigrante comum saberá, a exemplo de Ulisses, resistir ao poder da riqueza inesperada que lhe adviria? Seguramente não! Voltar rico, efetivamente ou somente em aparência, pois aqui a aparência conta talvez mais que a realidade²⁴, consiste em, de certa forma, querer fazer sua revanche social, mas também tornar claro para si e para os outros o sentido de sua emigração e de sua ausência, para que estas não sejam, uma e outra, pura vaidade, falência total, ato gratuito e, entretanto, absurdo, ato desprovido de qualquer significado, pois só há sentido e razão no reconhecimento que lhe atesta o grupo.

Foto: UNHCR/19055/04.1989/S. Errington



23. São numerosas as máximas, as sentenças, os provérbios e os ensinamentos, tanto os da sabedoria popular, como aqueles da reflexão erudita e filosófica, a relembrar que a felicidade extrema, a quietude perfeita, a beatitude, a "ephêse" de que fala Plotino, o filósofo da pátria perdida, só se encontram no retorno à pátria, onde quer que ela esteja. Para alguns, trata-se de uma pátria espiritual, metafísica, aquela das esperas escatológicas, e que é a verdadeira pátria de todos os homens, uma espécie de Jerusalém mística ou de cidade celestial; porém, esta pátria universal não é absolutamente deste mundo, reconhece-se (Plotino e, depois dele, em sua linguagem, Lammenais, por exemplo: "a pátria não é desta terra", palavras de um crente). É toda a Odisséia de Ulisses que adquire, entre os neo-platônicos, um sentido alegórico, elevando-se às dimensões de uma imensa transfiguração espiritual (aquém e além de nosso mundo).

Para outros, pátria local, país natal, terra de origem onde necessariamente estão "seus berços e seus túmulos", seus primeiros inícios e seu fim derradeiro, pátria que tem um forte poder de atração sobre seus filhos. Não se costuma dizer, à guisa de desejo e para o maior conforto de todos, que "ali onde tiveste teu nascimento, terás teu túmulo" como se os restos mortais do defunto no exílio só pudessem encontrar paz na terra e sob a terra "natal"? Na falta do retorno efetivo e em vida do emigrante, o retorno *post-mortem* e o repatriamento do corpo para seu enterro na pátria (local ou nacional) constituem, em certas tradições ou culturas, uma obrigação moral em relação ao grupo e, reciprocamente, do grupo em relação ao morto. Ou ainda, forma de lembrete recomendando mais sabedoria e mais razão ou mais ponderação: "A vida inteira é uma corrida, corre-se daqui e de lá, mas tu podes correr despreocupado e inconsistente, que a morte te alcançará e tua terra te retomará"; "Esquece tua terra, mas ela não te esquecerá; no último dia, te trará de volta a ela". É o que também diz o poema chinês (Lao Tseu, Tao Te King, séculos IV e III a.C.): "Os seres prosperam à vontade, mas cada um retorna à sua raiz / voltar à sua raiz é a quietude, é cumprir seu destino".

24. O ser social é feito de tal maneira que ele é essencialmente um ser percebido, portanto, um ser sobretudo preocupado com a percepção que o Outro tem dele, com a representação que faz de si mesmo, de seu parecer e de seu aparecer.

A ausência é uma falta

25. Ser objetivamente culpável é ser culpável sem estar consciente disto, culpável independentemente de sua vontade e da de todos, estando a culpabilidade inscrita no próprio ato.

26. A emigração é uma falta no sentido literal do termo, no sentido de falta (o emigrante faz falta ao grupo, como o aluno pode faltar à aula, a ausência é em si uma falta); inclusive no sentido moral da palavra, no sentido de "culpa", sendo, aliás, este último sentido não totalmente excluído do primeiro.

27. "Eu não vendi a minha parte no povoado", ouve-se frequentemente dizer.

28. Sofrimentos não somente físicos, mas também morais, que consistem nos atentados frequentes à dignidade, à auto-estima, à honra da pessoa, reações que se devem colocar sob o título de racismo.

29. Eles trabalham seguramente para si, mas também e mais que todos os seus outros concidadãos, para a sociedade ou comunidade de origem pelas quais eles aceitaram o sacrifício da emigração.

Compreende-se também que os emigrantes experimentam - em sua ânsia de apagar sua emigração, de fazer esquecer esta ausência objetivamente culpável²⁵, que acreditam profundamente dever reparar para redimir a falta, resgatando-se desta dupla falta que é a emigração²⁶, os emigrantes de volta para casa, e às vezes antes mesmo disso - a necessidade de aplacar sua fome e sua sede do país, tentando diretamente, ou por procuração, ocupar aí o maior lugar, estar presente intensamente, em todos os lugares, em todos os momentos, em todas as circunstâncias (se necessário recorrendo à mediação de um vicariato), como se fosse uma questão de honra recuperar os anos de emigração, preencher o vazio deixado por estes anos vividos alhures: mais em outros lugares do que no seu próprio, mais fora do que dentro, mais longe do que perto e junto...; anos que, sob a ótica da presença coadjuvante no grupo, não podem deixar de parecer anos vazios, perdidos, vãos ou fugazes.

Frequentemente, a casa construída no país de origem não tem outra função que esta: recordar a presença desaparecida e negar este desaparecimento. Porém, por força de querer corrigi-la, atenuá-la, mascará-la, negá-la, exorcizá-la, não se estaria indicando-a, apontando-a, reforçando-a? No lugar de uma casa deixada vazia, não se construiria uma outra à qual se conferiria a missão simbólica de testemunhar que, apesar da emigração, permanecer-se-ia ali²⁷, mesmo condenando-a, ela também, a continuar vazia? São duas faltas das quais se esperava que uma compensasse a outra, mas que, aqui, acumulam-se frequentemente. No âmbito de cada indivíduo, emigrar é como uma maneira de desertar e, no limite, uma forma de traição. Sempre paira sobre a emigração esse ar de suspeita, uma atmosfera de desconfiança interiorizada e reprimida, que se proíbe, salvo exceções, de manifestar ou de proclamar em alta voz. O emigrante não é, portanto, aquele que passou para o outro lado? E, mesmo que fosse por uma boa causa, não é aquele que aderiu ao campo oposto, qualquer que seja este campo, o dos ricos, dos poderosos, dos dominantes, e, em última análise, o campo dos adversários?

Esta é, sem dúvida, a razão secreta de todos os protestos (mais ou menos de boa fé) de que se cerca o discurso sobre a emigração, aquele dos

próprios emigrantes, evidentemente, e aquele de seus compatriotas ou conterrâneos: um discurso que é inteiramente de louvores, de celebração dos méritos da emigração, ou de outro porém igual modo, discurso de comiserção, que insiste talvez demasiadamente sobre as penas e sofrimentos²⁸ suportados pelos emigrantes, que têm que viver na terra dos outros, servindo aos outros, apresentando-se, então, como trabalhadores forçados, do trabalho mais depreciado, mais desprezível, desqualificado e desqualificante; portanto, como heróis de devotamento²⁹, voluntários de um outro combate, combatentes da sombra...

Louvam-se sua coragem, seu sacrifício, sua generosidade, sobretudo quando, após tudo isto, eles retornam, o que faz deles os campeões da fidelidade, pois provaram desta maneira seu apego à terra, ao grupo, à pátria, assumindo assim quase ares de santos. Mas, na realidade, esse discurso, por mais sincero que seja, e esquecendo também a quem e a quem ele é destinado, não esconderia alguma coisa? Inveja, ciúme, até mesmo ódio e, em todo caso, a intenção segura de enquadrar esses dissidentes que podem se afirmar como sérios concorrentes em todos os planos, e não apenas no econômico e no social, mas também em todo o sistema de relações de força materiais e simbólicas.

A ascensão social destes mutantes de um novo gênero é duvidosa, em todos os domínios. Ela é tida sob suspeita e lhe faltaria legitimidade, porque foi adquirida (pode-se reprová-la) em outros lugares e fora das vias ortodoxas. A concorrência não é somente de ordem econômica, pois, indissociavelmente ligada à ordem cultural, ela se retraduz e encontra sua confirmação em uma ordem simbólica, sob a forma de uma concorrência na ordem do prestígio e das lutas no interior da hierarquia das classificações sociais. Tanto a ascensão social (com suas gratificações simbólicas), como as inovações culturais (com suas retraduações na esfera econômica) revestem-se de uma significação diferente, caso sejam endógenas e totalmente indígenas ou, ao contrário, exógenas e alógenas (ou suscetíveis de serem assim denominadas), ou caso sejam importadas do exterior ou, ao contrário, engendradas localmente.

Em um caso, aquele dos emigrantes retornados e tidos como transfigurados pela emi-

gração, as novidades que podem lhes ser atribuídas prestam-se facilmente ao risco da estigmatização, e mesmo da anatematização; por outro lado, no caso inverso, aquele aparentemente da criação espontânea, totalmente autônoma, que não se reporta a nenhum modelo estrangeiro, as mesmas novidades podem ser louvadas pelo prestígio de seus promotores.

Neste contexto, pode ocorrer que os emigrantes, após seu retorno, apareçam como desnaturados portadores de todas as perversões possíveis (notadamente culturais) - já que eles próprios foram pervertidos no contato com o estrangeiro -, assim como das subversões engendradas para a ordem social que também é, necessariamente, uma ordem moral. Neste sentido, eles poderiam ser uma espécie de desmancha-prazeres, enfim, heréticos em potencial.

Com efeito, esses homens que retornaram da imigração³⁰, homens do entre-dois - entre-dois-lugares, entre-dois-tempos, entre-duas-sociedades, etc. - são também, e principalmente, homens entre-duas-maneiras-de-ser ou entre-duas-culturas. E, sem dúvida, o processo mais pernicioso que pode alcançá-los e que pode ocorrer seja na emigração de uns, como na imigração de outros, é um processo sobretudo cultural: seus argumentos, assim como os elementos por ele restabelecidos, são de natureza cultural, essencialmente concernentes ao modo de vida, às maneiras de pensar e de agir, aos comportamentos, às práticas cotidianas, às atitudes, etc., e referem-se, em última análise, a tudo o que é subsumido sob o processo de assimilação, ao que está implicitamente contido no que se reconhece como semelhança e dessemelhança. De um lado e de outro, a emigração e a imigração são suspeitas de subversão e mais ou menos abertamente acusadas de alterações culturais. É através delas que se introduzem práticas suscetíveis de perturbar a homogeneidade cultural do grupo e prejudicar sua autenticidade fundadora. Evidentemente, o risco é maior do lado do mais fraco, do lado daquele que, neste confronto, está na posição de dominado, isto é, do lado da emigração; quando a ameaça é maior, a acusação - mesmo silenciada e reprimida - é ainda mais violenta, e o processo imposto aos emigrantes retornados, enquanto portadores desta ameaça, é tanto mais fácil e injustamente instruído.

A emigração e a imigração carregam consigo objetivamente a ameaça de atentado à integridade cultural. A primeira, por fabricar a dessemelhança entre os emigrantes, e conseqüentemente, por extrair desta experiência

migratória modelos ditos estrangeiros e que, segundo os momentos e os interesses adotados nessa perspectiva, podem ser tanto levados em consideração, como podem ser atingidos por um anátema. A segunda, por fabricar ou tender a fabricar a semelhança, a similitude entre os imigrantes, e para não dizer, idealmente, a assimilação, contribuindo, assim, para reduzir a alteridade que eles constituem e introduziram na sociedade de imigração. No limite, nas duas extremidades da cadeia, trata-se da mesma suspeita e do mesmo processo de alteridade, tanto no caso da emigração e, mais precisamente, dos emigrantes que retornaram, como no outro caso, o da imigração, até a redução total e a dissolução integral da diferença por ela constituída.

Para completar a outra vertente da relação - desta vez, com a sociedade de imigração, testemunhada pelo retorno - é preciso reconhecer que o segundo aspecto dessa mesma relação dupla é correlato ao primeiro. O retorno consagra esses dois aspectos que carrega consigo e do qual é, em grande parte, o produto: ele ilustra simultaneamente a relação que o emigrante estabelece com tudo aquilo de que se separou graças à sua emigração (a relação com o grupo e a relação com o espaço e o tempo próprios ao grupo, etc.), como também a relação que o imigrante mantém simultânea e correlatamente com a sociedade de imigração e com sua condição de imigrante. Na realidade, essa dupla relação é apenas a relação que cada um dos emigrantes-imigrantes estabelece consigo mesmo, uma encontrando na outra seu modo real de expressão e sua forma própria de objetivação. Tendo que viver na terra dos outros, entre eles e com eles, só se pode viver, mais ou menos aberta e profundamente, um pouco à sua maneira, em quase todas as esferas da existência; só se pode lhes dar a impressão de estar inteiramente disposto a viver como eles, a se fazer assimilar por eles e, tanto quanto possível, o que não se diz frequentemente, a assimilá-los³¹. Mas, ao mesmo tempo, e sem que haja a menor contradição, toma-se o cuidado de se persuadir e também de convencer uns e outros e, neste caso, mesmo aqueles entre os quais se é imigrante, que apesar de tudo, se é fiel a si, às suas origens, conforme à sua identidade, a mobilização por este sentimento de fidelidade a si e de conformidade à sua identidade em um contexto que parece levar, ao contrário, a rupturas, sendo evidentemente desiguais segundo os domínios - o investimento que se diria identitário não podendo ser o mesmo em toda a parte, em todos os lugares e tempos.

30. No duplo sentido da palavra voltar, no sentido de retorno e no sentido de despertar de suas ilusões, ou de suas esperanças.

31. A similitude alcançada pelo processo de assimilação tem suas próprias condições de possibilidade e, além do mais, conhece níveis de realização diferentes conforme os domínios, as melhores performances atingidas quando há conjugação das disposições individuais (sociologicamente determinadas) e das solicitações externas.

O retorno como produto do pensamento de Estado

Pensar a imigração (ou a emigração), é pensar o Estado. É o Estado que se pensa a si mesmo ao pensar a imigração (ou a emigração) e, na medida em que não tem consciência que, assim fazendo, pensa-se a si mesmo³², termina por se enunciar naquilo que tem de mais essencial e, ao mesmo tempo, enunciar da maneira mais evidente as regras de seu funcionamento e revelar as bases de sua instituição. Se isso é manifesto no caso das migrações internacionais, pois tudo se joga através dessa linha de separação - em si mesma mínima, mas cujos efeitos são de uma importância capital - que é a fronteira entre o nacional e o não-nacional, distinção que está no princípio mesmo da constituição do Estado Nacional, de Estado-Nação, não se pode dizer com toda a segurança que não reste nada desse princípio no caso das migrações internas a um mesmo Estado, sobretudo quando este cobre um território imensamente grande e não fortemente centralizado.

Já se disse que a ubiquidade era o sonho de todos os deslocados, de todos os transplantados, mas a ubiquidade - estar presente em dois lugares diferentes ao mesmo tempo, estar e ter estado, ou ainda estar no presente e estar no futuro simultaneamente - não faz parte da condição humana. Porém, ilusoriamente, e por uma ilusão que é coletivamente sustentada por todos os parceiros envolvidos, os emigrantes-imigrantes em especial, seu grupo de origem ou sua sociedade, a sociedade de sua imigração, (*illusio collusio*), o imigrante está aqui e lá, está presente e ausente ou, invertendo os termos, não está nem aqui nem lá, nem presente, nem ausente. Está duas vezes presente e duas vezes ausente: aqui, ele está presente física e materialmente, de maneira corporal apenas, e ausente moral e mentalmente, em espírito; lá, ele está nos fatos, física, material e corporalmente ausente, mas está moral, mental, imaginária e espiritualmente presente.

Esse é um dos numerosos paradoxos da imigração: ausente onde está presente e presente onde está ausente. Duplamente presente - efetivamente aqui e ficticiamente lá - e duplamente ausente - ficticiamente aqui e efetivamente lá - o imigrante teria uma dupla vida, que ultrapassa e que é diversa da oposição tradicional entre vida pública e vida íntima: uma vida presente, banal, cotidiana, vida que pesa e enreda, vida segunda, ao mesmo tempo cronológica e essencialmente

secundária; uma vida ausente, figurada ou imaginada, rememorada, uma vida que foi primeira cronologicamente e que permaneceu primeira, essencial, afetiva e efetivamente, e que, sem dúvida, voltará a sê-lo um dia. Esta vida, pensada e sonhada mais que vivida, está inscrita, calcada sobre aquela outra vida, vida real e empiricamente experimentada. A presença nesta vida e no mundo que a carrega é como uma presença distraída, uma presença ausente, uma presença distanciada; em contraste, a outra vida ausente ou a vida que se consagra à ausência, aos lugares longínquos e aos tempos passados da ausência, é como uma vida que a evocação sonhadora torna presente, mas de uma presença fantasmagórica, totalmente irreal, onírica, que se desenrola paralelamente à vida ativa e cotidiana. Presença e ausência se entrelaçam desta maneira, e misturam suas características e também seu poder: de um lado, o poder de se ausentar neste lugar e neste momento; de outro lado, inversamente, o poder de se tornar presente em um outro lugar e em um outro tempo. Quimera de querer se furtar mágica e sobrenaturalmente à dura realidade do aqui e agora!

Essa realidade e as superações empreendidas para poder vencê-la não são somente dados da experiência subjetiva e individual, provas suportadas isoladamente e sublimadas através da imaginação poética e da melancolia da nostalgia. São dados essencialmente políticos, constitutivos de nosso ser político e, vice-versa, de todo o nosso mundo político, assim como de nossa própria visão do mundo político e social. Nesse sentido, esta visão seria como uma di-visão entre o que é nacional e o que não o é, entre uma presença nacional e uma presença estrangeira, entre o estatuto de uma e o da outra.

Nosso entendimento político, aquele que temos de nosso mundo sócio-político, mundo constituído sobre uma base nacional, constrói-se de tal sorte que a presença estrangeira no seio da nação não pode ser concebida de outra maneira senão sujeita a características que são essenciais, no sentido em que são atributos constitutivos da noção de Estado e de sua soberania.

Toda presença estrangeira, presença não-nacional dentro da nação, é pensada como presença necessariamente provisória, mesmo quando esse provisório possa ser indefinido, possa prolongar-se indefinidamente, criando, desta forma,

32. Assim ocorre a propósito de todas as definições dominantes, que são em regra geral definições de objetos dominantes (o que é o Estado), que procuram se ignorar como tais e por aí se impor, isto é, de se fazer conhecer e reconhecer, sem o saber, como as únicas legítimas.

uma presença estrangeira permanentemente provisória, ou em outros termos, uma presença durável, mas vivida por todos de maneira provisória, adequada aos olhos de todos por intenso sentimento do provisório.

Presença provisória por natureza, o que também significa uma presença que se subordina a alguma razão que lhe é exterior, a alguma razão que lhe serve de *álibi*, e da qual ela retiraria seu significado e sua justificativa: esta razão, ou este *álibi*, constitui o **trabalho**. O trabalho é a razão de ser do imigrante, ele dá conta de sua presença que, na falta deste motivo, estaria confinada ao absurdo aos olhos da razão nacional, da razão do Estado Nacional. O trabalho contém em si, a partir de nossa representação atual do mundo, toda a inteligência do fenômeno migratório, da emigração e da imigração que, sem ele, seriam incompreensíveis e intoleráveis sob todos os pontos de vista, intelectual, ética, econômica, cultural e, não apenas, politicamente.

Presença não-natural, que não é por nature-

za, pois faz parte da própria natureza desta presença não ser natural, não ser uma evidência, e não ser de tal modo que se possa dizer: “*é natural que...*”; a presença imigrante não poderia conter em si mesma seu próprio fim.

Assim, ela é, no melhor dos casos, uma presença naturalizada, mas jamais uma presença natural³³; uma presença que resulta de uma constante operação de naturalização (no sentido em que se fala da naturalização dos fatos sociais) e de justificação, a presença estrangeira sendo uma presença apenas legitimada, portanto, uma presença sempre justificável de um esforço de legitimação, mas nunca uma presença intrínseca e fundamentalmente legítima, em tudo que se pode dizer dessa presença, seja a seu favor, ou ao contrário, para condená-la ou para denunciar os seus efeitos (principalmente os efeitos sociais e os culturais), contribui, de certa maneira, a este esforço de legitimação do ilegítimo, de licitação do ilícito.

Provisória de direito, não tendo o seu fim em

33. Um vocabulário próprio da linguagem jurídico-política da naturalização: operação quase mágica de transubstanciação (no sentido religioso do termo), que consiste em fazer de um não-nacional, ou de um não-natural, um nacional, ou melhor, um nacionalizado, um naturalizado, porém, nem por isso, o naturalizado é um natural.

Foto: UNHCR/22031/05.1992/A. Hollmann



si mesma, presença deslocada, presença extraordinária, a presença imigrante é obrigada, como quer e o exige a lógica do Estado, a se conformar a uma neutralidade política. Fato dos mais políticos, pois trata-se, em última análise, de um fato que concerne à *citê*, à população do país, a população de hoje em seu estado presente e à população nacional de amanhã, a imigração é neutralizada politicamente, ela é despojada de sua natureza política pela extrema "tecnicização" da qual ela é objeto: ela não é senão um instrumento, uma técnica a serviço do trabalho, e mais amplamente, a serviço da economia; ela não é senão um dado da economia e não tem outra função que a econômica. Sabe-se qual é o papel da "tecnicização" nesse assunto: "tecnicizar" um problema social, como se faz da imigração tornando-a um problema exclusivamente econômico, é despolitizá-lo, ou melhor, a-politizá-lo; é nisso que também consiste a naturalização dos objetos sociais.

Observando o que ocorre no campo da imigração, não é seguro que, por razões exclusivamente políticas, a imigração, despojada de sua significação política, seja submetida à neutralidade política. É preciso que a isto se somem considerações de ordem ética, considerações de polidez³⁴, para que a neutralidade política da imigração e sua a-politização sejam unanimemente compreendidas e reconhecidas. É descortês, contrário aos bons usos e à moral social, imiscuir-se nos assuntos internos próprios da casa na qual se é recebido! É preciso que a imigração não seja mais o que era ou deveria ser idealmente, para que se encaminhe de outro modo, instalando-se, então, em verdadeira heresia quanto à religião do Estado ou do Estado como religião.

Ditadas pela razão de Estado, as características próprias à presença imigrante, presença *sui generis*, encontram sua sanção ou sua suprema consagração na exclusão política fora da esfera política, tal como ela é atribuída a essa presença.

Todas essas características que definem a presença estrangeira não são tão ampla - e mesmo unanimemente - partilhadas, apenas em razão de alguma adesão exterior que seria, não se sabe bem porque, como universal. O poder que têm de se impor a todos, assim como sua faculdade de universalização, adviriam antes do fato de elas serem os produtos de nossas estruturas mentais - que são também estruturas políticas (e, ocasionalmente, estruturas nacionais, e mesmo nacionalistas) -, e que, paralelamente a isto, elas estruturam, por sua vez, toda nossa concepção política do mundo, a começar pela distinção que

se opera entre os cidadãos residentes, que pertencem à nação e que gozam, desta maneira, de privilégios específicos, e os residentes que são estrangeiros à nação e que, por isso, são excluídos destes privilégios que são atributos exclusivos dos nacionais. É sem dúvida isto que faz com que, inconscientemente, e portanto mais eficazmente ainda, todos os discursos sobre a imigração e sobre a condição do imigrante concordem objetivamente entre si. Eles emanam dos mesmos esquemas de pensamento e de percepção do Outro, que é o estrangeiro; eles testemunham as mesmas definições que se têm sempre, tanto de si, quanto deste outro - sendo a definição explícita deste outro como o negativo da definição explícita de si. Salvo variações de vocabulário e de estilo é o mesmo discurso, pois ele é a expressão do mesmo modo de pensamento e do mesmo tipo de representação, introjetados tanto pela classe dos políticos, pela esfera econômica (sobretudo entre os representantes do patronato), pelos meios jurídico-administrativos, como também pela opinião pública. Neste sentido, não existe grande diferença entre a linguagem das leis e dos regulamentos administrativos relativos à imigração, a linguagem dos homens políticos quando eles se pronunciam sobre este assunto, a linguagem do mundo do trabalho, tanto a dos empregadores como também a dos sindicatos que são os primeiros a poder conhecer o papel da imigração, a linguagem do campo da ação social, os imigrantes sendo, de uma certa maneira, componentes dos novos pobres da sociedade, e, enfim, a linguagem do senso comum. Elas não se diferenciam muito, porque participam de uma mesma representação e procedem de uma mesma definição do imigrante e da imigração.

Assim, remetida aos princípios mais gerais que presidem ao estatuto de todos que venham a residir em outro país, a noção de retorno não pode ser totalmente independente desses princípios. Seria impossível considerar que ela não tem nada a ver com aqueles princípios. Sem dúvida, para mais coerência e clareza, seria preciso começar evocando, como um pano de fundo, todos os dados que caracterizam, assim, a condição civil do imigrante ou do exilado, antes de empreender - como se acabou de fazer - a análise muito superficial dos motivos pessoais e das disposições individuais que parecem governar a perspectiva do retorno. Este pode ser considerado também no âmbito de suas realizações passadas, e não somente - como igualmente se acabou de fazer - sob o ponto de vista das reações de cada um e dos sentimentos que os motivam, ou sob o ponto

34. O termo "política" e "polidez" não derivam da mesma etimologia? As concessões políticas mais essenciais não são obtidas frequentemente pela mediação ou pelo subterfúgio da polidez? E sob pretexto de concessões acessórias e de pura forma não se cede também frequentemente em coisas essenciais?

de vista das categorias que estruturam os modos de pensamento e as formas de personalidade.

A propósito dos antecedentes históricos e não mais mitológicos, à maneira do retorno de Ulisses, em *A Odisséia*, o primeiro exemplo que vem imediatamente ao espírito é aquele da imigração européia, durante todo o século XIX, em direção às Américas e, mais especialmente, aos Estados Unidos. A esse respeito, estabeleceu-se, é verdade, toda uma lenda, toda uma representação alimentada de visões românticas, de anedotas, de contos retomados pela literatura e pelo cinema, que acabaram por impor a imagem de uma imigração de povoamento, de uma imigração voluntarista e conquistadora, serenamente desvinculada de toda idéia de retorno. A realidade, porém, é outra.

Até mesmo esta imigração - imigração de longo curso, transoceânica, que se compraz descrever como uma transferência maciça de populações inteiras partindo à conquista de terras virgens, ou seja, como uma transferência definitiva, organizada e conduzida como tal - não escapou totalmente à regra do retorno. Essa imigração, apresentada como o feito de famílias heróicas, demonstra na realidade, guardadas as devidas proporções, as mesmas características demográficas, sociais, econômicas, que as imigrações intra-européias (inicialmente, e, em seguida, provenientes de países não-europeus): imigrações majoritariamente de homens³⁵, e de homens jovens³⁶; imigração de homens chamados a se estabelecer nas metrópoles da costa atlântica dos Estados Unidos e nos centros industriais do norte (e não no oeste do país); imigração de homens chamados a trabalhar preferencialmente nas atividades industriais, na exploração de minas e nos transportes, do que nas atividades agrícolas³⁷; e, enfim, imigração de homens que não serão nunca definitivamente enraizados no país, visto que as taxas de retorno ao país de origem se situavam, durante o último quarto do século XIX, em torno de 30% a 40% do total dos imigrantes, tanto britânicos - aparentemente os que, por razões históricas e sociológicas, foram levados a se instalar definitivamente na terra de sua imigração -, quanto italianos, espanhóis, etc. Entre 1908 e 1915, isto é, em uma época relativamente tardia, e durante períodos relativamente longos, retornaram aos seus países de origem³⁸ mais de 50% dos imigrantes europeus nos Estados Unidos.

Certamente, nem todas as migrações apresentam as características aqui apontadas. É o caso notadamente dos deslocamentos de população

devidos a circunstâncias essencialmente políticas. Com efeito, dificilmente se concebe que as migrações, que constituem fugas diante dos riscos políticos, que podem até mesmo incluir ameaças de morte e não somente de privação de liberdade, obedeçam a uma lógica eletiva de mesma natureza que as migrações de trabalho.

Os exilados desse tipo - cujo exílio ou êxodo é devido a deslocamentos de fronteiras e, por conseguinte, a supressões (politicamente falando) de territórios inteiros, a supressões de nacionalidades, ou ainda, a operações concertadas e sistemáticas de banimento e expulsão, a medidas de discriminação regional, étnica, religiosa, linguística... e de submissão cultural em especial - não podem senão pertencer a todas as frações da mesma população, a todos os sexos, classes de idade, categorias sociais, e assim sendo, referir-se ao conjunto da população vítima desse estado de coisas. A relação ao mesmo tempo com o país de imigração - que é aqui o país de refúgio ou o país de asilo político, sem dúvida a única forma de exílio verdadeiro - e com o país natal do qual se foi expulso, banido e do qual se é o fugitivo e não somente o emigrante comum, coloca-se então de maneira totalmente diferente.

E, conseqüentemente, é também o retorno ou a eventualidade do retorno que não podem ser considerados da mesma maneira que no caso dos outros emigrantes. O retorno está a espera, ao menos em teoria³⁹, de uma eventual mudança de contexto político, um retorno provável ao *statu quo ante* ou, no mínimo, uma modificação que seja radical e, evidentemente no sentido que se estima favorável, do regime político que se considera responsável pela expatriação. Segue-se a isso que os deslocados e os refugiados desta categoria teriam a tendência a ser mais favoravelmente dispostos - a despeito das intenções políticas que podem continuar a animá-los, a despeito do fato de que podem continuar a lutar politicamente pelas mudanças políticas em seus países - por uma instalação definitiva, logo sem espírito, e não somente sem esperança, de retorno ao país de origem.

Esta relação diferencial quanto ao retorno (permitida ou proibida, desejada e lamentada por não ter-se realizado ou, ao contrário, deliberadamente recusada), relação intimamente associada àquela que se tem de sua condição de imigrante e também, indiretamente, à condição de emigrante e, em certos casos, do exilado, do banido, do proscrito, do refugiado político, etc., reúne estruturalmente a oposição que se costuma fazer entre duas formas de imigração *fenomenalmente* diferentes, isto é, nas aparências.

35. Entre 1830 e 1915, 60% dos emigrantes chegados nos Estados Unidos eram homens (70% entre 1900 e 1910); 70% a 80% dos migrantes chegados na Argentina entre 1860 e 1920. Segundo os países de origem, entre os emigrantes a proporção de homens se elevava, em 1910, a 87% para os portugueses, 85% para os italianos, e somente 50% a 60% para os alemães, austríacos e britânicos.

36. O grupo de idade de 15 a 40 anos foi sempre majoritário entre os imigrantes, qualquer que fosse o país de origem e de destinação, mais de 66% dos imigrantes nos Estados Unidos se situavam nessa faixa etária; 83% dos imigrantes, no período de 1906 a 1910.

37. Os recenseamentos de 1900, 1910 e 1920, nos Estados Unidos, registraram, respectivamente, 22,2%, 22,6% e 19,5% de homens brancos nascidos no estrangeiro, isto é, imigrantes essencialmente europeus, nas cidades de mais de 2500 habitantes, contra somente 7,6%, 7,7% e 6,7%, nos distritos rurais. Todos esses homens, inclusive a maioria daqueles que residiam no meio rural, estavam empregados não na agricultura, como se poderia esperar de uma emigração voltada para uma política de povoamento colonial, mas nas atividades industriais e nos setores de transporte (os alemães e os ingleses principalmente, os irlandeses, parcialmente, nas atividades típicas da Revolução Industrial; os italianos, os mais numerosos entre os imigrantes originários da Europa do Sul, nos empregos não-qualificados da extração mineral, da construção civil, nas profissões de artesanato, etc.).

38. Para todos esses dados, remete-se proveitosamente ao anuário, já antigo, organizado por W. F. Willcox, *International Migrations*, New York: Bureau of Ec. Res., 1929, reprinted in New York-Londres-Paris: Gordon and Breach Publications, 1969 (2volumes).

39. É o que se passa e se vive no imaginário desse tipo de exilado, apesar das denegações de pura forma das quais ele pode ser pródigo, e ainda que ele não afirme nada disto e nem o afirme para si mesmo, é o que expressa o desejo, mais ou menos secreto, mais ou menos sincero, mas seguramente o mais caro, de todo exilado, quaisquer que sejam as razões de seu exílio.

Imigração de trabalho e imigração de povoamento

40. Tem-se produzido um verdadeiro artefato, isto é, um enunciado que não é nem verdadeiro nem falso, e portanto pode ser ao mesmo tempo verdade ou falsidade, segundo o uso que se faça dele, mas que é sem cessar retomado e reproduzido tal qual, sem que se encontre aí o que acrescentar.

41. "Maus" imigrantes, imigração "má": algumas destas qualificações depreciativas podem parecer exageradas à vista da eufemização generalizada, na qual se envolvem, em regra geral, o discurso habitual sobre a imigração, e, especialmente, a linguagem dos dominantes, quando se propõe a mencionar as diferenciações sociais existentes na realidade. Sobre tudo quando essas considerações, características distintas que atuam necessariamente em detrimento dos dominados, tendem, unicamente por sua enunciação, a incorrer, seja por puro etnocentrismo, seja por preconceitos e verdadeiro *partis pris*, no risco objetivo da acusação de racismo. Certamente, não há como não se alegrar, do ponto de vista da moral, pelo trabalho de eufemização empreendido aqui e ali, espécie de controle efetuado sobre si, de autocensura ou de auto-correção. E, sem dúvida, é preciso ver nessa forma de polidez um dos efeitos benéficos da relativa vulgarização (ou democratização) do relativismo cultural que, numa primeira aproximação e ao preço de uma distorção em relação ao sentido original, parece ter descido do céu puro do axiomático científico sobre a terra, neste século e nas práticas mais correntes. No entanto, não se pode, apesar disso, ignorar ou fingir ignorar o que as aquisições culturais de nossa época - que são também aquisições simultaneamente sociais, éticas, políticas, e mentais - mascaram, recalcam no inconsciente social e tornam inconfessáveis, para o momento, mas não impensáveis. Assim, em outros tempos, nos é per-

Por comodidade de exposição, mais do que por razões de verdade sociológica, habituou-se a distinguir de maneira artificial⁴⁰, uma imigração de trabalho de uma imigração de povoamento.

Evidentemente, esta oposição é rica de subentendidos e de pressupostos ideológicos, e até mesmo racistas. A imigração de trabalho, que não tem outra razão de ser que o trabalho, é uma imigração de adultos, de homens em sua maioria. Ela é pensada e definida como uma imigração essencialmente provisória, enquanto a realidade desmente esta representação que dela se faz; é uma imigração puramente instrumental, tolerada como um mal menor, mas jamais desejada; é reputada inassimilável.

Certos autores chegam a fazer corresponder a essa primeira oposição uma segunda, a oposição entre uma imigração de quantidade e uma imigração de qualidade: a primeira seria constituída pela imigração de trabalho, a segunda seria aquela que se desejaria prestigiosa, enriquecedora por si, não infamante e enobrecedora, cultivada, tudo isso conferindo-lhe a disponibilidade de se deixar assimilar e assimilar-se por si mesma.

Essa imigração é, evidentemente, uma imigração familiar, as pessoas de qualidade não poderiam se separar de seus cônjuges e de seus filhos⁴¹.

Tudo isso conduz a admitir, sem que nada tenha sido estabelecido nem teórica, nem empiricamente, sem que se tenha dado nenhum fundamento sério a esta afirmativa, que a "imi-

gração de trabalho" é uma imigração que retornará, refluirá, e que a imigração familiar é uma imigração que permanecerá, implantar-se-á, e formará descendência. Uma trabalhará quando muito para a prosperidade do país; a outra, sem que o saiba, para a posteridade do país, sobretudo quando este tem necessidade de um reforço em natalidade.

A sociedade de imigração encontraria algum reconforto nessa situação - mas sob condição de que isto lhe convenha, que ela se beneficie disso - ao louvar o sinal de confiança e reconhecimento de que certos imigrantes (os bons, para a circunstância) fazem prova, ao nela depositar, o que eles podem ter de mais caro e precioso, suas famílias, suas esposas e seus filhos de pouca idade e, conseqüentemente, não somente seu presente imediato, aquele da labuta e do salário, mas o seu futuro. Em oposição, a imigração dita de trabalho é percebida como uma imigração recalitrante, desconfiada, em atitude de defesa, uma imigração que é também suspeita de ser, ela própria, suspeitosa. Dela também se diz que é parasitária, porque não manifesta um grande investimento, e sobretudo, investimento afetivo e simbólico, que dela se espera quanto à sociedade de imigração.

Imigração de trabalho, de um lado, imigração de povoamento, de outro, esta oposição postulada por suas comodidades classificatórias⁴², por mais que fosse fundada na razão e de forma argumentada, jamais a fronteira entre as duas teria sido bem estabelecida.

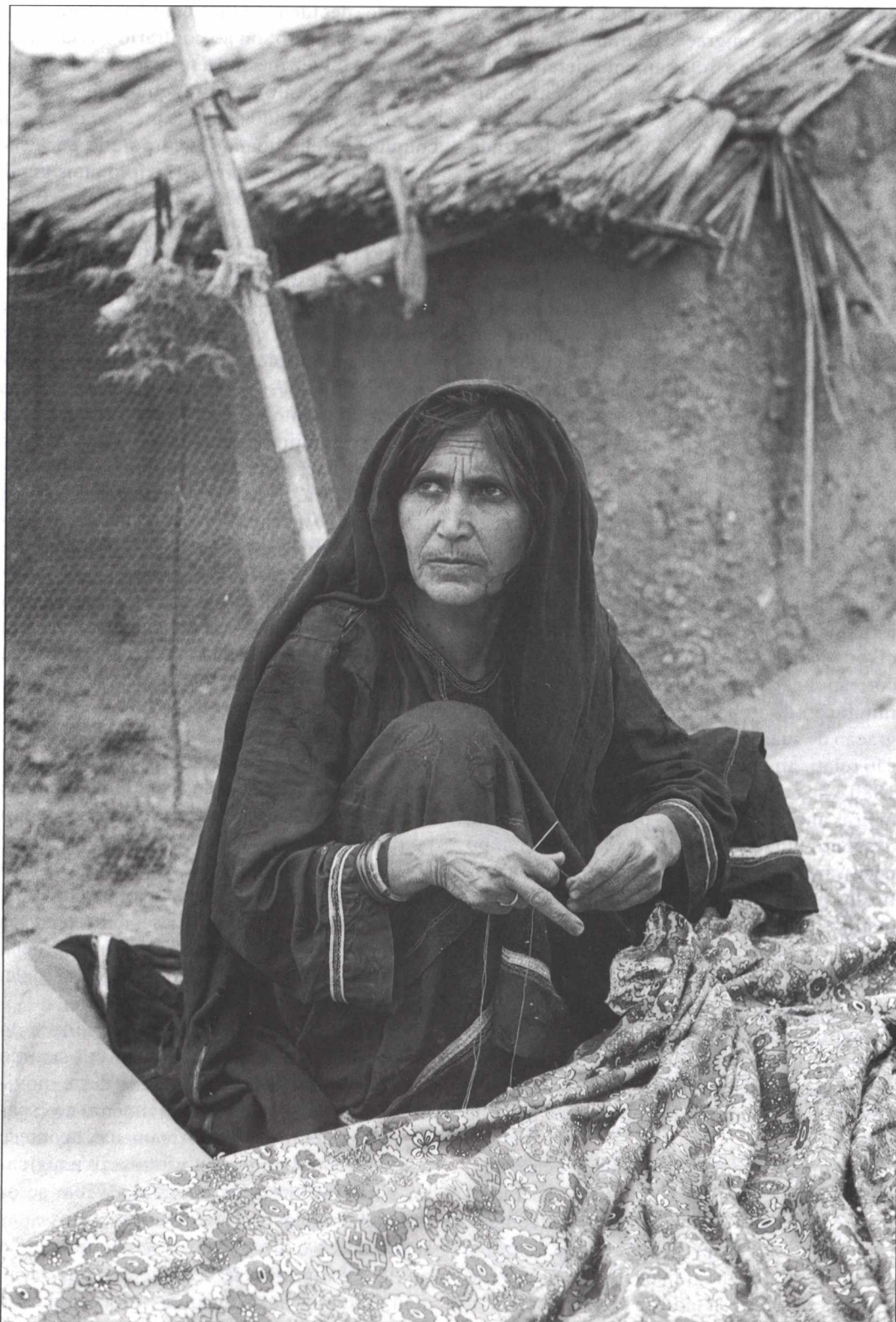


Foto: UNHCR/20028/03.1990/A. Hollmann

mitido bem mais que agora por uma imigração que seria apenas de trabalho e de trabalhadores a uma imigração que seria de povoamento com as qualidades que estão associadas a esta opção. Necessita-se da autoridade científica de um M. Coornaert - por exemplo, grande historiador medieval, professor no Collège de France - e também dessa forma de autoridade, espécie de engenhosidade ou de inocência, que os grandes cientistas podem demonstrar, quando plenos da autoridade que lhes é reconhecida no seu campo, são solicitados a se pronunciar sobre assuntos ou objetos sociais relativamente afastados do domínio de suas competências específicas, sendo levados a produzir (sem que realizem plenamente as condições sociais nas quais efetuam esse tipo de produções e, assim, a própria significação e, portanto, as consequências sociais destas produções) textos que são, de fato, manifestos e confissões autorizadas, incomuns, isto é, no sentido da opinião mais usual e mais comum. Assim, a equipe científica do INED (Institut National d'Études Démographiques), tendo empreendido a publicação, em 1947, de um conjunto de textos reunidos para formar o Cahier n°2 de *Documents sur l'Immigration*, sob a direção de Louis Chevallier, autor de um texto redigido em 1944, intitulado "Principaux aspects du problème de l'immigration", havia pedido para M. Coornaert preparar a publicação em questão. Remetendo "às práticas da imigração do Antigo Regime" e "em oposição à história recente do século XIX", ele realiza um texto muito interessante, "L'Etat et l'immigration de main-d'oeuvre sous l'Ancien Régime", que não faz senão sistematizar, sem hesitação e com toda ingenuidade, a oposição entre o que ele denomina uma imigração de quantidade (imigração contemporânea, desde o século XIX) e uma imigração de qualidade (tal como era praticada nos tempos antigos).

42. Haveria imigrações boas e úteis somente para a primeira função, o trabalho, e delas não haveria então nada mais a esperar. São, em regra geral, quase sempre as imigrações mais numerosas, as imigrações do momento, originárias principalmente dos países mais pobres e mais distantes, sob todos os aspectos. Haveria imigrações diferentes destas que, além da função do trabalho, trariam algo mais à ordem social, política, cultural e demográfica.

43. A imigração européia nos Estados Unidos, durante a segunda metade do século XIX, constitui uma excelente ilustração deste paradoxo. Ao contrário, pode-se dizer que não existe imigração considerada essencialmente uma imigração de trabalho, e também desejada como tal por todos os parceiros envolvidos (os dois países entre os quais ela se divide e os próprios interessados) que não tenha acabado ou acabe um dia, sem seus próprios efeitos - o efeito se tomando aqui retroativamente causa -, por converter-se em imigração familiar, logo, de povoamento.

44. Temos toda razão em pensar que a França (e não a Inglaterra), no mundo desenvolvido atual, inventou pela mediação de seu império colonial e no seio dele, através da mais preciosa de suas colônias, a Argélia, o recurso maciço, e com o único fim de obter mão-de-obra assalariada e proletária, aos emigrantes retirados de suas terras coloniais. Correlativamente, a Argélia - país intensamente colonizado, integrante do mundo do subdesenvolvimento no estado atual -, é o primeiro dos países deste mundo a recorrer ao trabalho assalariado disponível nos países do mundo desenvolvido.

Hoje não existe imigração considerada de povoamento, e mesmo de colonização que não tenha começado como uma imigração de trabalho⁴³: é o caso exemplar da imigração argelina na França. Arquitetada especialmente para ser apenas uma imigração de trabalho, toda sua gênese histórica é inteiramente determinada pela ação colonial: em parte, de maneira indireta, pela ação global da colonização sobre todas as estruturas da sociedade colonizada (suas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, todas intimamente ligadas umas às outras); e em parte, de maneira direta, pelo que a França em guerra fez aos trabalhadores das Colônias (já antes da Primeira Guerra Mundial), principalmente argelinos, requisitados durante as hostilidades, a título de militares e a título de operários, para o escavamento de trincheiras (por ocasião da Primeira Guerra Mundial), e de operários da indústria de armamento, e após a Guerra, visando aos trabalhos de reconstrução.

Esta imigração engendrada de maneira quase experimental por uma verdadeira operação de cirurgia - sem dúvida porque foi uma das primeiras, senão a primeira imigração originária daquilo que hoje se chama o Terceiro Mundo, ou o mundo subdesenvolvido⁴⁴ - precisou de mais de meio século para fazer corresponder as duas formas de imigração, a imigração de trabalhadores isolados e a imigração de suas famílias. E porque esta imigração relativamente precoce - ela começou após 1880 e de maneira muito significativa nos primeiros anos deste século - perdurou quase sem descontinuidade até hoje, teve todo o tempo necessário para suscitar sua substituição a partir dos anos 50, sob a forma mais completa e qualitativamente diferente de uma imigração familiar - o que as outras imigrações operárias do Terceiro Mundo, porque muito mais tardias, não tiveram necessidade de fazer ou não tiveram necessidade de um tempo tão longo para fazê-lo -, as duas formas de imigração não se sucedendo mais, no mesmo caso ou para o mesmo indivíduo, senão com alguns anos de intervalo.

No que se refere às migrações, o pensamento dominante - a *doxa* comumente partilhada ou que poderia se chamar o bom senso comum, pronto a se satisfazer da observação empírica e do que esta lhe traz, mais do que da revelação de verdades escondidas - é levado a privilegiar o ponto de vista individualista: são indivíduos isoladamente que tomam, com toda

a liberdade e segundo o que acreditam ser seu interesse, a decisão de partir; são eles que decidem, por si mesmos e por sua própria conta por quanto tempo vão ficar e, ao final deste período, decidem se lhes convém retornar, se ganham com isto, ou ao contrário a retardar o retorno e talvez mesmo a renunciar a ele totalmente. Este ponto de vista, que se pode taxar de ingênuo, quando só é a expressão do senso comum, revela, quando incorporado por certos homens de ciência, o princípio mais geral que está na gênese do que eles chamam o individualismo metodológico, um pré-conceito de método consistindo a calar ou a minimizar a parte que as estruturas objetivas, isto é, as relações de força presentes, assume em todas as relações sociais.

Deste ponto de vista, a realização da migração toma quase sempre a aparência do paradoxo do monte de areia. No começo, o que se vê são sempre alguns resíduos arrancados da rocha-mãe, estes grãosinhos de pedra serão transportados pelo vento na direção que é a sua; mas se no caminho surge um leve obstáculo ou se interpõe um pequeno acidente de terreno, que servirão de primeiro incidente de percurso e de primeiro ponto de retenção para o primeiro grão de areia depositado, este será o início da formação da duna que só será vista quando tiver atingido o tamanho adulto. Vêem-se os grãos de areia transportados, pode-se vê-los depositar-se, mas só se vê a rocha se erodir e a duna se formar muito tempo após a desagregação e a acumulação. Uma nova duna se somando às outras na imensidão do deserto, o pó da areia, que as constituiu, pode ainda ser levado e transportado para se aglutinar a uma outra duna mais longe ou para contribuir à formação de uma nova duna, mas nunca se verá os grãos de areia retornarem à primeira rocha da qual se destacaram, se por acaso esta rocha ainda existir!

Neste caso também a irreversibilidade do tempo proíbe este deslocamento em sentido inverso, proíbe a reversibilidade deste movimento que não é mais um movimento no espaço, mas no tempo. Metaforicamente, acontece o mesmo com a migração: vêem-se os emigrantes partirem uns após os outros, vêem-se os imigrantes chegarem uns atrás dos outros e uns seguindo os outros, mas só se compreende o que é a emigração lá e o que é a imigração aqui, posteriormente, quando o processo já está bem encaminhado, quando a duna já está formada.

Inserção e re-inserção: a continuidade de uma mesma relação de forças

Sem dúvida para uma compreensão mais total desse fenômeno, convém mudar de perspectiva. É preciso se colocar de agora em diante, não mais do ponto de vista intimista, das reações individuais, afetivas, das reações do coração que tomam frequentemente a forma de feridas, ou então do ponto de vista da análise impressionista objetiva ou subjetiva, da melancolia nostálgica.

Trata-se da relação objetiva na qual se encontram, um frente ao outro, os países vinculados pelo ato migratório de indivíduos singulares⁴⁵. É a estrutura dessa relação, que está além e é de uma outra natureza que as reações dos agentes, que convém tomar em consideração, para compreender plenamente a significação da ambiguidade política associada à noção de retorno do imigrante.

A migração internacional - mesmo quando resultado harmônico de convenções bilaterais (e sobretudo nestes casos, diríamos) - é o produto de uma relação de forças. Negá-lo, ou somente ocultá-lo⁴⁶, é sempre vantajoso para o mais forte, para o parceiro em posição dominante, que é aqui sempre o parceiro que oferece em seu território possibilidades de empregos, e jamais o parceiro que só tem a oferecer os seus trabalhadores desprovidos de trabalho em suas terras.

Nesta ótica, submetidas ao modo de pensar da nação, as noções de retorno do imigrante à sua sociedade ou, ao contrário, de fixação definitiva na sociedade do país de imigração⁴⁷, exprimem-se em um outro vocabulário que traz a marca de um voluntarismo político nacional e nacionalista e de um intervencionismo estatal.

O retorno é então nomeado *reinserção*, e é pela mediação deste termo-álibi, aceitável por todos, que os Estados interessados podem, resguardada a sua soberania, negociar ou fingir negociar⁴⁸ os procedimentos que convém dar ao retorno.

A opção inversa ao retorno, tal como o país de imigração espera conduzir com toda autonomia, em seu próprio território, por sua própria conta, e também para seu próprio bem⁴⁹, recebe

45. Este ato, apenas considerado no seu estado disperso, é, na realidade, um ato objetivamente coletivo, conduzido (nem sempre sem seu conhecimento) de maneira organizada somente pelo país de imigração, o único a possuir a capacidade de fazê-lo.

46. É o que se faz geralmente ao postular que a verdade do fenômeno está contida inteiramente na conduta e no livre arbítrio dos interessados que decidem ou não emigrar, e ao assumir a resolução de tecnicizar, e por consequência, de despoliticar um fenômeno entretanto essencialmente político, uma vez que ele concerne a seus cidadãos nas duas partes: atuais para o país de emigração e potenciais para o país de imigração.

47. Espera-se dele, para o simples conforto da ordem social, moral, política, econômica, cultural, mesmo intelectual, que assegure, diga o que ele quer fazer (como se tudo dependesse apenas de sua vontade), que se pronuncie de maneira totalmente determinada, manifesta e conhecida por antecipação, em favor de um dos termos desta alternativa que é, no fundo, uma exigência da lógica política (e de Estado neste caso) de nosso universo nacional. Espera-se naturalmente isso como se a escolha lhe fosse dada unilateral e decididamente, com todo conhecimento de causa, fosse previsível e pudesse enunciar-se *a priori*, como se a indeterminação nessa relação não estivesse objetivamente inscrita na dupla condição de emigrante e imigrante. Não se dirá nunca o bastante sobre isso, esta espécie de falácia que decorre de nossas próprias estruturas mentais aplicadas a um objeto dessa natureza.

48. Sobretudo no caso do Estado concernido pela emigração, cujos meios de negociação nesta questão são quase inexistentes, a presença estrangeira ou não-nacional é da ordem da soberania plena e total do país de residência.

49. E, evidentemente, para o maior bem de seus imigrantes, pois não se concebe (outra ilusão!) que possa existir antinomia ou somente divergência entre os interesses da nação e aqueles proclamados dos imigrantes.

Foto: Pedrão



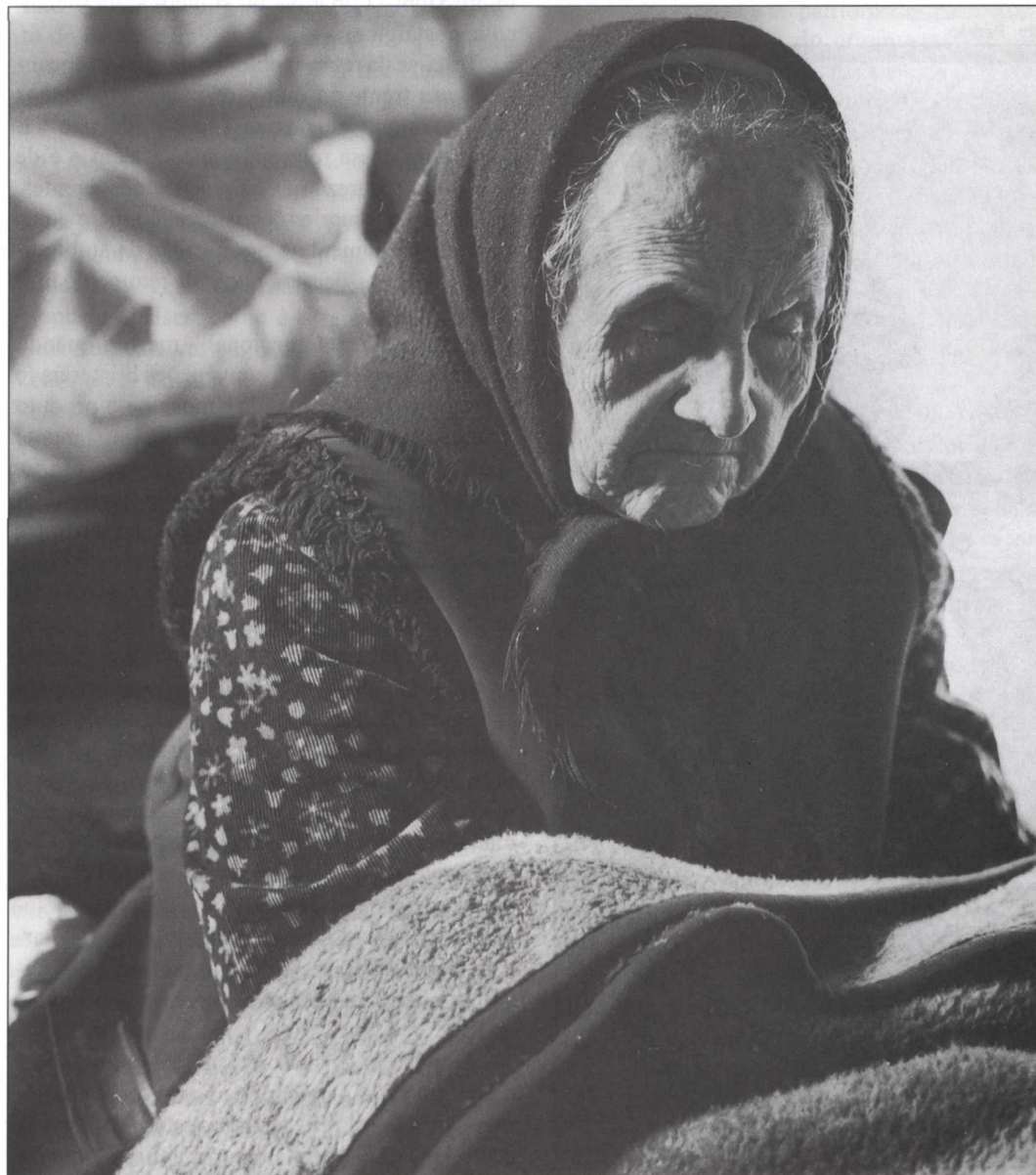
50. Para tomar um exemplo, todo o discurso sobre a imigração na França se divide entre estes dois pólos. Desde a interrupção ou a suspensão da imigração dos trabalhadores estrangeiros - medida tomada ao mesmo tempo por todos os países europeus sensivelmente nas mesmas datas, sob o efeito conjuntural do que se chamou então o primeiro choque do petróleo (1973-74), e confirmada em seguida em razão da crise econômica que atingiu os países ocidentais -, a França começou a fazer valer e a colocar em ação sua política de reinserção, possibilitando o encorajamento e a ajuda por diversos canais: o pagamento de um abono, correspondente na época a 10.000 FF, depois que a situação do candidato tivesse sido regularizada diante dos organismos sociais; um estágio mais ou menos longo de formação qualificante, mas desta vez à destinação do país de origem, cujo consentimento prévio é solicitado (o objetivo sendo a definição das formações técnicas prioritárias, o que, de uma parte e de outra, faria sobrecarregar este procedimento no oceano das formalidades administrativas e das lentidões burocráticas acumuladas), como se alguns meses de aprendizagem acelerada lograssem e compensassem o que anos de vida profissional não realizaram; uma ajuda para a criação de empresa, sempre no país de origem (país do qual se foi separado às vezes durante numerosos anos) como se, pela virtude ou a magia da imigração, simples proletários fossem tomados pelo espírito de empreendimento e se convertessem em empresários em países mal equipados sob este aspecto, e sem se saber se isso lhes é vantajoso ou se aumenta as dificuldades. Foram centenas de milhares de retornos programados no espaço de alguns anos e todo um plano global requerendo a contribuição de diversos organismos sociais (os fundos de seguridade social, de aposentadoria, de alocações familiares, de indenização por desemprego, etc.; os serviços sociais do Ministério do Trabalho, da Formação Profissional, a Agência Nacional de Imigração, etc.) e executado para obter esse resultado. Porém, no fim das contas, não somente o balanço da operação continua claramente abaixo do previsto, mas parece também que não há retornos financiados ou visando à reinserção, a não ser aqueles que ocorreriam de qualquer maneira, em primeiro lugar dos imigrantes portugueses, que podiam voltar alguns anos mais tarde sob o estatuto de cidadãos de um Estado-membro da União Européia.

por parte dele o nome de *inserção* e, mais explicitamente, o de *integração*⁵⁰. Assim, uma nova divisão se opera do ponto de vista da política de imigração entre, de um lado, os imigrantes, que é oportuno *inserir* ou *integrar*, e que seriam os *bons* imigrantes, que aliás não pediriam senão isto e que com toda boa vontade subscreveriam a esta iniciativa, a mais benéfica de todas para eles, como se gosta de proclamar; e de outro lado, os imigrantes que, antes rebeldes, desejariam não se beneficiar desta vantagem⁵¹, mas que seria preciso, por esta razão, ajudar de uma maneira ou de outra a retornar ao seu país de origem, a reinserir-se em sua sociedade e em sua economia, e, tanto quanto possível em um nível superior⁵² - estes imigrantes sendo, do ponto de vista da lógica na-

cional e de suas preferências implícitas, quase naturais, menos bem posicionados e apreciados que os primeiros, dos quais se é levado a louvar, por contraste, a maior faculdade de adaptação, a maior capacidade de assimilação e a melhor assimilabilidade. Chegando até mesmo ao ponto de fazer depender o sucesso do esforço de integração de uns, da operação de reinserção dos outros, isto é, de sua eliminação, criando, assim, no seio da mesma população e da mesma condição social e civil (no sentido do direito), duas categorias antitéticas de interesses.

Segundo um processo totalmente análogo e, *grosso modo*, pelas mesmas razões, que pertencem à ordem e à lógica da Nação e salientariam então aquilo que se poderia chamar "o amor-pró-

Foto: UNHCR/24012/02.1994/A. Hollmann



prio nacional”, mas de um ponto de vista totalmente simétrico, o próprio país de emigração - confrontado à conjuntura da reinserção de seus emigrantes, para a qual se é convidado e à qual não se pode furtar⁵³ - é levado também a confirmar e reforçar a distinção que o país de imigração acaba de fazer entre os imigrantes.

Qualquer que seja o custo, e certamente por custar, tanto ao Estado globalmente - que, além de deixar de receber as divisas que lhe garante a emigração de seus súditos, vê sobrecarregar-se seu fardo demográfico - como individualmente, a cada um dos interessados, os emigrantes que escolhem e aceitam retornar definitivamente ao seu país, são vistos tendencialmente e sobretudo vêem-se a si mesmos como os bons emigrantes, os puros, os incorruptíveis - seu comportamento, na circunstância, valendo realmente a seus olhos como brevet de nacionalismo e patriotismo. Ao contrário, os outros emigrantes, aqueles que se deixaram seduzir pela sociedade do país de imigração e por sua condição de imigrantes, não podem deixar de ser considerados, no mínimo, como nacionalmente suspeitos, mesmo se, no fundo, proíbe-se de lhes intentar abertamente um processo sob este aspecto, mesmo querendo se encontrar para eles circunstâncias atenuantes, pois acontece o mesmo com toda representação que se constituiu sobre a emigração e sobre o próprio resgate desta representação e, em definitivo, com a própria emigração. Pode-se, a rigor, deplorar nacionalmente que eles tenham tido a possibilidade de escolher a solução do retorno, que eles sejam constrangidos a fazer perdurar a solução do exílio, mas não se pode censurá-los explicitamente de se desviarem voluntariamente de seu país. Não se poderia chegar até este extremo, pois, além do fato de existirem relações e interesses bem reais - materiais e não somente simbólicos - a salvar, uma condenação franca por nacionalismo da escolha feita (recusa-se acreditar que seja uma escolha, pois é uma necessidade) em favor do prolongamento da imigração antes que do retorno ao país natal⁵⁴, questionaria novamente todo o edifício sobre o qual repousa o sistema migratório e, mais particularmente, todo o sistema de justificação e legitimação que se deu à emigração, todo o sistema de louvores e méritos pelo qual não se cessou de gratificá-la, em suma, toda a ideologia que está no seu fundamento. Assim, sem dúvida, mais que o ato primeiro gerador da emigração e da imigração - quer este ato se situe no âmbito de uma convenção inter-estatal, quer esteja a margem de todo acordo desta espécie, e também e sobretudo mais que o desenvolvimen-

to comum e cotidiano da imigração (tudo aquilo sobre o qual o país da emigração não tem nenhum poder) - o retorno e a incitação mais ou menos camuflada do retorno constituem para os dois parceiros a ocasião, cada um à sua maneira, de experimentar o mais intensamente (sobretudo no caso do parceiro em posição dominada, o país da emigração) a relação de força que está no princípio da relação de migração.

Momento privilegiado em favor do qual se desmascara a verdade desta relação, o retorno - desde que objeto de um discurso público quase oficial e mais ainda de disposições políticas dos poderes públicos - age como uma espécie de chamado da dimensão nacionalista à qual está confrontado o fenômeno migratório, de um lado e de outro da fronteira (entre nações e entre nacionalismos) em que se divide. Ele é percebido, em particular pelo país de emigração, como um desafio nacionalista que lhe é lançado, aquele de retomar os seus, de retomar seus cidadãos, que não se quer mais em outros lugares.

Nesta circunstância, enquanto o país de imigração se autoriza a falar sobre o direito ao retorno - como se o retorno dos emigrantes, isto é, dos cidadãos exclusivos do país de emigração, portanto emigrantes reconhecidos pelo Estado e garantidos como tais, pudesse em si mesmo, e não nas condições de sua efetivação, ser contestado em direito, ser renegado e recusado aos cidadãos nacionais emigrantes no estrangeiro -, o país da emigração não tem outra resposta senão proclamar publicamente (isto é, na intenção dos outros entre os quais notadamente o país de imigração, mais que na intenção de seus próprios emigrantes), que é de seu dever, que ele se faz um dever, que ele cumpriria o seu dever de acolher seus emigrantes, esta parte integrante dele mesmo que as circunstâncias obrigaram ao exílio em um país estrangeiro.

Evocou-se, por exemplo, a constituição, por parte da França, como país de imigração, da oposição complementar ou dialética entre inserção e reinserção, no momento preciso em que ela pretendia conduzir paralelamente duas operações similares, a fim de reduzir a presença estrangeira, notadamente a de trabalhadores imigrantes e suas famílias: inicialmente, interromper todo crescimento e toda renovação desta presença; em seguida, impor e proceder ao repatriamento dos imigrantes que já estão em solo francês. Porém, para uma compreensão mais ampla desta relação que tende a desfazer o que a relação inversa de emigração-imigração fizera em seu tempo, é pertinente evocar o que foi, a título de réplica, a atitude de um país de emigração, a Argélia.

51. É preciso reconhecer-lhe esta liberdade e o direito de recusar, mesmo quando isto é contrário ao seu interesse, a vantagem que lhe é assim oferecida!

52. É preciso que a imigração, para além de todas as vantagens a ela atribuídas, tenha ainda este último mérito!

53. As necessidades da ordem nacional e as lógicas dos pertencimentos nacionais fazem com que haja limites mentais ao espaço das respostas concebíveis, receptíveis: nenhum Estado pode dizer a um outro: *"Eu lhe imponho a presença sobre o seu território [o território da soberania nacional] de meus cidadãos"*, e tampouco, *"eu não quero, eu recuso o retorno, a presença sobre o meu território de meus próprios cidadãos emigrantes vindos da terra dos outros"*.

54. Este retorno continua a ser sempre visto como sendo necessariamente, por definição, um retorno secretamente desejado - e nem poderia ser de outro modo -, como um retorno que o emigrante não teve apenas a possibilidade mental de realizar, um retorno que ele está sempre à espera de poder satisfazer, mas jamais, pois isto é nacionalmente inconcebível, como um desejo e também um objetivo aos quais ele teria renunciado por si mesmo, voluntariamente.

A reinserção como afirmação da identidade nacional do país de emigração

Sem dúvida, é preciso assinalar o lugar particular que ocupa a Argélia, primeiramente, na história da imigração na França há um século, a imigração argelina sendo o protótipo mesmo da imigração de origem colonial (imigração de trabalhadores coloniais, como foram designados por muito tempo); em seguida, no que se refere aos efetivos globais da população imigrante, a população argelina na França foi por muito tempo e talvez continue ainda a ser a mais numerosa, sobretudo se incluímos os franceses de origem argelina que, por isto, não são mais considerados como estrangeiros (é o caso sobretudo, independentemente das naturalizações de adultos, de todas as crianças nascidas na França, a partir de janeiro de 1963). E, enfim, no imaginário coletivo francês - o que não deixa de ter importância, em razão principalmente das relações antes tumultuadas entre os dois países durante toda a história colonial e para além dela -, o fenômeno migratório representa para os dois países um prolongamento desta história.

Recai-se ainda aqui sobre as considerações de nacionalismo e os problemas de amor-próprio nacional. Uma política de refluxo da parte dos países de imigração - mesmo quando envolta, como foi o caso na França, de sutis eufemismos e acompanhada de sedutoras precauções (os protestos de boa fé e das melhores disposições dos responsáveis por esta política) ou das melhores justificações (a formação-retorno, por exemplo), ornando-se suficientemente de *fair-play* a fim de obter o acordo, não passaria de pura forma - uma tal política não poderia receber o assentimento que procura. Nenhum país de emigração pode decentemente endossar esta política, pelo menos publicamente e de maneira manifesta sob a forma, por exemplo, de uma proclamação explicitamente enunciada; da mesma forma, só lhe resta uma coisa nesta circunstância: "da necessidade, fazer

virtude". E de se desfazer em proposições lisonjeiras para si e para seus emigrantes, que teriam então decidido voluntária e livremente por sua inserção (quando, de fato, decidiu-se em seu lugar), e, ao mesmo tempo, um pouco vingativas com respeito aos países de imigração: seria de outro modo ou, em outros termos, o retorno daria a impressão de ser obrigatório, não teria então nada de glorioso em si mesmo; e, considerando as expectativas coletivas que são necessariamente aquelas de caráter nacionalista, marcadas por uma intenção de revanche política e histórica - as expectativas da política, inclusive, mais que as da sociedade global ou ainda do grupo de origem, da família, do próprio interessado -, seria então ressentido como um fim vergonhoso. Na falta desta convivência, que não tem necessidade de ser articulada para produzir os efeitos que dela se espera, a incitação ao retorno, sobretudo quando se faz insistente, corre o risco de ser recebida e compreendida pelo que é objetivamente, isto é, uma expulsão mal camuflada, e consequentemente, um ato de hostilidade contra o país de emigração.

A reinserção que proclamam - após tê-la retomado por sua própria conta, certos países de emigração, uns mais que os outros - não é somente um problema técnico. Ela está mesmo longe de sê-lo, seja porque o país de origem tenha necessidade de uma mão-de-obra formada que lhe forneceria sua emigração viva e atuante nas sociedades industrializadas e de economia moderna, seja porque as relações políticas com os países de imigração tenham necessidade de ser liberadas da pressão que se exercia sobre elas através da pessoa dos emigrantes. Porém, acima de tudo, o discurso sobre a reinserção não pode ser totalmente dissociado do próprio retorno, obedece uma outra lógica. Assim, no caso da Argélia, para retomar o exemplo singular deste país

que decidira pela suspensão da emigração para a França (setembro de 1972) - antes mesmo que esta tivesse deliberado, de sua parte, por uma medida na mesma direção (julho de 1973), interromper a emigração - é algo que tem sua própria significação no contexto em que se decidiu por ela. Não basta deliberar sobre a emigração de hoje, é preciso voltar sobre a emigração passada, sobre toda a história da emigração que se confunde aqui com a história colonial na sua totalidade, e que tem valor emblemático neste sentido. O discurso sobre a reinserção, independentemente de seus efeitos, toma forma, sobretudo quando aparenta ser verdadeiramente autônomo e não como a retomada dissimulada do discurso do país de imigração, de uma *revanche* sobre a história antiga (sobre a colonização e a emigração que é sua filha). Ele se pretende uma maneira mágica de negar esta história ao negar os efeitos dela e ao reintegrá-los.

Enquanto nacional no estrangeiro (fora da nação), o emigrante só tem como solução legítima em sua condição de imigrante o retorno lógico, necessário, inelutável ao país, mesmo quando este retorno é adiado para o fim da vida ativa, às vésperas da morte ou somente *post mortem*, para ser enterrado na terra natal. Tipo de discurso tendo seu fim em si mesmo, o discurso sobre a reinserção dos imigrantes nos países de destino e dos emigrantes nos países de origem, basta-se a si mesmo, e isto no caso de efetivamente haver retorno ou não, sendo este definitivo ou não, ou somente ilusório, etc. É a própria idéia de que a reinserção possa ser submetida a condições materiais de possibilidade e depender de determinismos sociológicos, que seja subordinada a considerações exteriores e que seja de natureza quase instrumental, que não vá por si só e não se imponha naturalmente (sob o modo: "*é natural que...*") e por si mesma, e como se gosta de acreditar e de se autoconvencer, é esta idéia que está excluída por ser impensável, insustentável e insuportável.

Este discurso também deve tudo isso, definitivamente, ao fato de que participa da lógica nacional (e nacionalista), que distingue entre o nacional que se é e que se deve continuar a ser onde quer que se encontre (mesmo emigrante fora da nação), e o não-nacional que não se deveria ser, idealmente, em nenhuma parte. E ainda deve ao fato de ser fundamentalmente um discurso nacional, e mesmo nacionalista e patriótico, numerosas destas características mais específicas, tais quais seu caráter patético, sua força afetiva, seu tom passional, sua popularidade tanto subjetiva



Foto: UNHCR/24281/12.1994/A. Hollmann

(em estado individual) como objetiva ou nacional (em estado coletivo), seu modo profético, etc. Recusar-se responder - nem mesmo negativamente, pois mesmo isto tem valor de consentimento - a este discurso não deixaria de ser interpretado, sobretudo nos casos mais flagrantes, como uma falta ou prova de traição. E os emigrantes que se tornam culpados desta falta são considerados como más pessoas, maus argelinos, renegados ou, o que é pior no caso em questão, como colonizados em novo estilo, colonizados anacrônicos (no momento em que seus compatriotas são independentes em um país independente) e por escolha (a da imigração e não aquela da reinserção na

55. Pois o diálogo real e o único que vale a pena ser estabelecido, mesmo implicitamente, sem aparentar nada e fingindo ignorar a outra parte na intenção em que se sustenta, é o diálogo com o país de imigração que está no centro de todos os motivos dos quais a imigração é o pretexto.

nação).

Sempre por nacionalismo e por uma espécie de super-oferta em declarações, em disposições administrativas, em atos cuja significação e fim últimos seriam por natureza mais simbólicos que afetivos⁵⁵, o país de emigração, para ser conforme ao que se acredita serem suas obrigações nacionais, aquelas relativas aos seus cidadãos - aliás, menos por eles próprios do que pelas obrigações que o comprometem na cena internacional - não pode deixar de tomar (ou anunciar que se tomam) um certo número de disposições destinadas a favorecer a reinserção dos emigrantes que a desejam: exoneração dos direitos alfandegários sobre os bens importados (os bens de consumo e de equipamento doméstico, ou principalmente, os bens de equipamento industrial ou artesanal, visando à criação de atividades novas), quotas reservadas no programa de habitação social, esforços em matéria escolar por uma melhor integração dos filhos das famílias reinseridas, os antigos alunos de uma escola estrangeira no sistema educativo nacional ou, na falta disto, acordo firmado com as autoridades consulares pela escolarização dos mesmos antigos alunos da escola francesa nos estabelecimentos dependendo das mesmas autoridades, etc.

Inserção ou reinserção, porque estas duas realidades sociais escapam à vontade do Estado, assim como seu cumprimento ao intervencionismo do poder público, e também porque elas repousam *grosso modo* sobre os mesmos pressupostos ideológicos - a conformidade a estes pressupostos, primando tanto em uns como em outros, pela realização efetiva dos objetivos proclamados, quando esta é da ordem das possibilidades materiais -, elas conduzem nos dois casos a uma forma de artifício. No momento mesmo em que integram mais seguramente a mitologia nacional da qual constituiriam uma excelente ilustração, não deixam de induzir a efeitos bem reais, especialmente no seio da sociedade de emigração, em razão apenas do discurso sobre a reinserção que é superabundantemente dirigido ao conjunto da opinião pública.

Independentemente de seu conteúdo real e de seus efeitos próprios, se é que é seguido de efeitos, deve desencadear uma verdadeira competição entre, de um lado, os emigrantes aos quais se reprova nesta circunstância sua ausência - uma ausência invejada, pois lhes teria poupado um grande número de privações, de sacrifícios que eles não tiveram que suportar -, e de outro lado, seus compatriotas não-emigrados que se consideram, pelo simples fato de sua presença conti-

nua no país, com o direito de ser prioritários na corrida aos bens sociais mais procurados, ao mesmo tempo mais indispensáveis e preciosos: o trabalho, a habitação, a saúde, o acesso aos bens de serviço, a escola. Camuflada, enfiada nas profundezas do inconsciente social, expulsa do campo do visível, a competição que se escondia subterraneamente vai doravante aproveitar a ocasião para aparecer à luz do dia, manifestar-se publicamente e afirmar-se aos olhos de todos. O discurso sobre a reinserção dos emigrantes, enquanto apenas intencional, enquanto desposava a forma de um discurso de autocelebração sem consequências práticas, não comportava senão vantagens de ordem sobretudo simbólica. No entanto, a partir do momento em que ele podia ser seguido, ou anunciar-se como uma realidade efetiva, a tendência maior era a de que só retivesse dele a competição que estabelece, tornando-se pretexto para a emergência e a quase institucionalização do conflito e do divórcio entre a população emigrante "a quem tudo será dado para rogar que ela volte ao país" e a população permanente do país, que considera sofrer uma injusta concorrência, sendo sacrificada em proveito de uma fração que só fez acumular, dentro das circunstâncias, as vantagens de duas posições, a de emigrante na França e aquela de reinserido (ou reinservível) no país de origem.

Em conclusão, além de algumas implicações que tentamos desajeitada e parcialmente desvelar, dentre as múltiplas contidas no duplo fato da emigração e da imigração - que será então preciso definir como sendo respectivamente "a presença de nacionais fora da nação" (e portanto, sua ausência da nação) e "a presença no seio da nação de não-nacionais" - e que são constitutivas precisamente desse duplo fato de ausência e de presença, pode-se dizer que, na medida em que se fala de imigração e de emigrantes, fala-se também, no mesmo instante e inevitavelmente, de emigração e de emigrantes. Há uma lógica da denominação e de seus efeitos. Um dos efeitos latentes desta lógica é que à condição social do emigrante em um lugar (e, correlativamente, de emigrante fora de um outro lugar) e à condição civil (no sentido jurídico do termo "estrangeiro"), está sempre associada implicitamente e, quando as circunstâncias se prestam a isto, de maneira explícita, a idéia de retorno. Um retorno que não é, em síntese, senão um retorno à norma, à normalidade, à ortodoxia - o resto, isto é, o contrário (e, neste caso, a emigração e a imigração) não sendo senão anomia, heterodoxia, e até, heresia.

DESEJA ADQUIRIR

TRAVESSIA - Revista do Migrante?

*É fácil assinar a Revista TRAVESSIA
É possível adquirir números avulsos
E ainda há tempo para montar a coleção*

Veja como proceder

Observe, ao lado, a relação dos números publicados;
Veja abaixo as opções para assinatura e aquisição de números avulsos;
Escolha o que deseja receber;
Faça você mesmo as contas - (as despesas postais, via impresso, são por nossa conta);
Efetue o pedido mediante pagamento.

Formas de Pagamento

Escolha a opção que lhe facilita mais:

- a) *Cheque nominal à Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos*
b) *Depósito bancário nominal à Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos; Banco Bradesco;
Agência Tabatinguera nº 0515-0; conta corrente nº 23083-9 e envie-nos cópia
do comprovante do depósito.*

Valor da Assinatura

- () Ass. válida por 1 ano..... R\$ 15,00
() Ass. válida por 2 anos..... R\$ 25,00
() Ass. válida por 3 anos..... R\$ 35,00

Números Avulsos

- Exemplares do nº 1 ao 7.....R\$ 1,00
- Demais exemplares: Nº avulso.....R\$ 5,00
Quantidade.....R\$ 4,00
- Coleção Completa.....R\$ 90,00

Nosso Endereço

Rua Vasco Pereira, 55 Liberdade CEP:01514-030 São Paulo/SP - Brasil
Fone: (011)278.6227 Fax: (011)278.2284
E-Mail: cemsp@cidadanet.org.br
<http://www.scalabrini.org>

NÚMEROS PUBLICADOS

- 01 - Sazonais
- 02 - Cidade
- 03 - Fronteira Agrícola
- 04 - Violência
- 05 - Voto
- 06 - Barragens
- 07 - Cultura
- 08 - Trabalho
- 09 - Família
- 10 - Religião e Religiosidades
- 11 - Estrangeiros
- 12 - Educação
- 13 - Pena de Morte
- 14 - Migrar e Morar
- 15 - Tempo e Espaço
- 16 - Desemprego e Subemprego
- 17 - Imagens
- 18 - Novas Tecnologias
- 19 - Identidades
- 20 - Saúde
- 21 - Emigração
- 22 - Retorno
- 23 - Metrópole
- 24 - Índios e Territórios
- 25 - Deslocamentos Compulsórios
& Restrições à Migração
- 26 - Mulher Migrante
- 27 - Nomadismos
- 28 - Meio Ambiente
- 29 - Albergue
- 30 - Clandestinidade
- 31 - Festas
- 32 - Memória
- 33 - Mercosul
- 34 - Associações
- 35 - Gerações na Migração

Alguns Escritos de Abdelmalek Sayad

- 1964 (et P. Bourdieu) , *Le Déracinement, la crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie*, Paris, Minuit, (rééd. 1996).
- 1977 "Les 'trois âges' de l'émigration algérienne en France", *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 15, juin. pp. 59-79.
- 1978 *Les Usages sociaux de la culture des immigrés*, Paris, CIEEM.
- 1991 "Uma pobreza exótica: a imigração argelina na França", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 17, outubro, pp.84-107.
- 1996 "Entrevista. Colonialismo e migrações", *Mana. Estudos em Antropologia Social*, vol. 2, 1, Rio de Janeiro, Relume-Dumara, abril, pp.155-170.
- 1997 "Uma família deslocada". In: P. Bourdieu (coord.) *A Miséria do Mundo*. Petrópolis, Vozes, pp. 35-51.
- 1998 *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*, São Paulo, Edusp.
- 2000 "O Retorno, elemento constitutivo da condição do imigrante". *Travessia - Revista do Migrante*, nº especial, janeiro.

SEJA UM COLABORADOR

Travessia está aberta à publicação de artigos de pesquisadores e estudiosos que analisam a realidade em que o migrante está envolvido, a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, cultural, econômico, antropológico, educacional, etc. A revista destina-se, fundamentalmente, a um público intermediário; quer ser uma ponte entre a produção acadêmica e a produção popular. Se for do seu interesse, envie artigos para a redação, seguindo as orientações abaixo elencadas:

- * De preferência, artigos que se enquadrem dentro dos temas previamente anunciados, conforme consta ao lado;
- * Tamanho: aproximadamente 250 linhas de 75 toques, incluindo notas e bibliografia;
- * Intercalar o texto com alguns intertítulos;
- * Clareza de linguagem e simplificação dos conceitos;
- * Na medida do possível, enviar algumas fotos com os respectivos créditos, as quais serão posteriormente devolvidas;
- * Os artigos devem ser inéditos;
- * Fazer constar breve identificação do autor, endereço e telefone;
- * Notas: utilizar apenas nos casos em que o texto requer alguma explicação relevante;
- * Referências: devem constar no interior do texto, entre parênteses, com o nome, ano e quando específicas, a página. Ex.: (Silva, 1996, p.3);
- * Bibliografia - Ater-se à referida no texto, seguindo o padrão abaixo:

a) Livros: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo em itálico; local da publicação; nome da editora. Exemplo: FERNANDES, Florestan (1977) *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes.

b) Artigos: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo entre aspas; nome do periódico em itálico; volume (se houver) e nº; mês(es); nº da página. Exemplo: SARTI, Cynthia Andersen (1995) "São os Migrantes Tradicionais?". *Travessia-Revista do Migrante*, nº 23, setembro-dezembro, p.11.

NB: Por tratar-se de artigos breves, pede-se utilizar os recursos acima com parcimônia.

O autor de artigo publicado receberá dez exemplares da revista.

O Conselho Editorial reserva-se o direito de submeter os artigos à sua apreciação.

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

**TRAVESSIA
Nº 36**

**5 SÉCULOS
DE MIGRAÇÃO**

(Jan-Abr/00)

**Prazo para
envio
dos artigos:
(22/12/99)**

**TRAVESSIA
Nº 37**

REFUGIADOS

(Mai-Ago/00)

**Prazo para
envio
dos artigos:
(29/03/00)**

**TRAVESSIA
Nº 38**

**BAIRROS E
VIZINHANÇAS**

(Set-Dez/00)

**Prazo para
envio
dos artigos:
(31/07/00)**

Domumartin, le 13 juillet 1995

Cher Monsieur,

Tout d'abord, je vous prie de m'excuser pour l'énorme retard que j'ai mis à la rédaction de ce texte. Je vous remercie de tout cœur pour l'invitation et l'occasion que vous m'avez donnée à l'écrire et surtout pour la liberté totale que vous m'avez laissée. Je ne sais si l'appréhension que j'ai faite sur le thème du retour vous convient. Je n'en suis pas sûr. Je ne sais rien des mouvements migratoires, internes au Brésil et des comportements des migrants à l'intérieur du Brésil d'une région à l'autre. J'ai préféré parler de ce que je crois mieux savoir. Entre temps, j'ai reçu le numéro de *Travessia* consacré au retour, ce qui veut dire que mon papier arrive tard, ce qui ne me surprend pas la faute me revient. Mais malgré cela, je le tiens à votre disposition en espérant que vous lui trouverez quelque intérêt et que vous aurez l'occasion d'en tirer quelque chose en vue d'une autre publication. Vous avez liberté entière d'en disposer comme vous voulez et quant vous voulez.

Avec un très grand remerciement et en vous renouvelant mes excuses, je vous prie de recevoir, Cher Monsieur, l'assurance de mes salutations les plus cordiales.

A. SKARDA.

